

Mercado espera alívio na conta de luz após nível de reservatórios dobrar em um ano

A caixa-d'água do setor elétrico brasileiro inicia o período seco de 2022 com o maior volume de água desde 2012 e especialistas já projetam o fim da taxa extra na conta de luz em maio, com a adoção da bandeira verde na conta de luz após oito meses de cobrança da bandeira de escassez hídrica.

Segundo dados do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), o nível médio dos reservatórios das regiões Sudeste e Centro-Oeste chegou a 63,3% em março, último mês do chamado período chuvoso. As duas regiões concentram cerca de 70% da capacidade de armazenamento de energia das hidrelétricas brasileiras.

O volume registrado em março é quase o dobro do registrado no mesmo mês de 2021, ano em que o país sofreu risco de racionamento de energia. "O período chuvoso foi muito bom para o setor

elétrico", diz o ex-presidente do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), Luiz Eduardo Barata. "O Brasil não vive mais risco de racionamento de energia."

A recuperação é fruto das fortes chuvas de verão, que causaram estragos e mortes na Bahia, em Minas Gerais e na região serrana do Rio de Janeiro. Reflete também estratégia adotada pelo governo para enfrentar a crise hídrica, com o acionamento de térmicas mais caras que pressionaram a conta de luz nos últimos meses.

Com a melhora no nível dos reservatórios, o preço da energia no mercado atacadista está hoje em R\$ 55,70 por MWh (megawatt-hora), o menor valor possível no sistema atual. No auge da crise, passou três meses no teto estabelecido para 2021, de R\$ 583,88 por MWh.

"Começamos o período seco em uma situação bem melhor que ano passado, o

que nos deve dar mais tranquilidade na segurança de suprimento e permitir o retorno da bandeira verde", diz Luiz Barroso, presidente da consultoria PSR Energy, que ajudou a bolar o plano de racionamento de 2001.

Barata e Barroso lembram que a necessidade de ligar térmicas caiu bastante após as chuvas. Nesta quinta-feira (31), apenas 6,5% do volume de energia gerada no país veio desta fonte, mais cara e poluente.

No auge da crise, eram 21%.

Os consumidores de baixa renda, que não foram afetados pela criação da bandeira de escassez hídrica, estão há quatro meses sem taxa extra na conta de luz. O restante dos consumidores ainda pagará mais um mês os R\$ 14,20 por 100 kWh (quilowatts-hora) cobrados excepcionalmente desde setembro.

Nicolla Pamplona/Folhapress



Economia



Estado de SP envia SMS a devedores do ITCMD e quer arrecadar R\$ 30 milhões

Página - 03

Política

Procuradoria aponta fake news de Flávio sobre Lula mas descarta punição

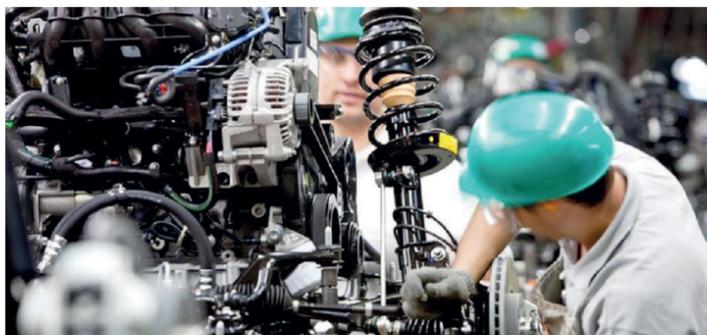
Página - 04

Datena se filia ao PSC para disputar o Senado por São Paulo

Página - 04

Produção industrial sobe 0,7% em fevereiro, mas segue abaixo do pré-pandemia

Página - 03



Bitcoin

Baixa oferta do bitcoin pode resultar em novas altas, dizem especialistas

Pág - 05

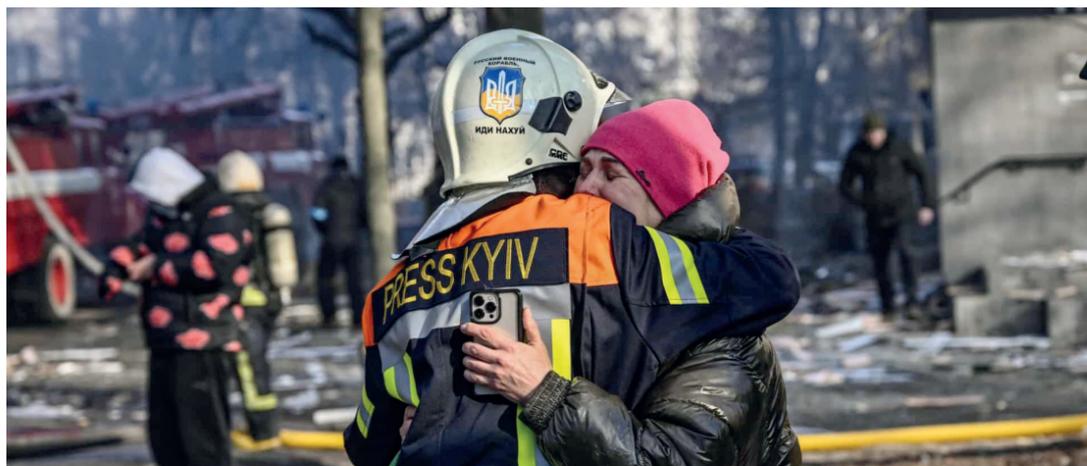
Movimento do bitcoin é forte e sinaliza apetite comprador, diz analista

Pág - 05



No Mundo

Ucrânia prevê mais ataques da Rússia no sul, enquanto Moscou fala em avanço de negociações



O presidente da Ucrânia, Volodimir Zelenski, fez um novo alerta contra a movimentação de tropas da Rússia e o risco de novos e “poderosos ataques” no sul do país, incluindo a cidade sitiada de Mariupol, onde uma nova tentativa de retirada de civis está preparada para esta sexta-feira (1º).

Do lado russo, o chanceler Serguei Lavrov reforçou o que ele considera ser um avanço nas negociações com o país vizinho. Em entrevista coletiva na Índia, o diplomata afirmou que Moscou está preparando uma resposta às demandas apresentadas pelos negociadores ucranianos e disse que Kiev mostrou “muito mais compreensão” em relação a pontos críticos do conflito, como o status da

Crimeia e do Donbass e sua possível neutralidade.

No campo diplomático, líderes da União Europeia e da China se reúnem nesta sexta para discutir os rumos da guerra na Ucrânia. Bruxelas tenta pressionar Pequim para obter garantias de que o regime de Xi Jinping não vai fornecer armas à Rússia –país com quem a China formalizou uma “amizade sem limites”.

Embora Moscou tenha prometido nesta semana uma “redução drástica” em sua atividade militar nas regiões de Kiev e Tchernihiv, os relatos de ataques que se sucederam lançaram uma nova camada de ceticismo contra o discurso russo.

“Isso faz parte das táticas deles”, disse Zelenski no seu discurso diário na noite de

quinta-feira (31). “Sabemos que eles estão deixando áreas onde estamos vencendo para se concentrar em outras áreas que são muito importantes e onde pode ser difícil para nós”.

Quando se refere às áreas onde os ucranianos estariam vencendo, o presidente fala das cidades ao redor da capital onde autoridades e líderes locais dizem ter retomado o controle e freado ou expulsado os russos. Já as áreas “difíceis” seriam as do sul do país, consideradas estratégicas para os interesses de Moscou.

“No Donbass e em Mariupol, na direção de Kharkiv, o Exército russo está elevando o potencial de ataques, ataques poderosos”, disse Zelenski.

Folhapress

Papa pede perdão por violência contra crianças indígenas em escolas católicas no Canadá

O papa Francisco pediu desculpas formais nesta sexta-feira (1º) aos povos indígenas do Canadá pelo papel da Igreja Católica em internatos religiosos nos quais foram registrados casos de violência contra crianças e a cultura originária do país.

No ano passado, uma vala comum com 215 corpos de crianças indígenas foi descoberta na província de Colúmbia Britânica. Relatos indicam que os indígenas eram tirados de casa e levados à força para esses internatos católicos; muitos nunca voltaram, e suas famílias não recebiam explicações.

Em julho, o papa já havia expressado tristeza pelo caso –o primeiro-ministro canadense, Justin Trudeau, faz apelos para que o Vaticano

assumisse a responsabilidade por seu controverso papel na administração das escolas para povos originários.

“Pelo comportamento deplorável desses membros da Igreja Católica, peço perdão a Deus e gostaria de dizer a vocês do fundo do coração que estou muito triste”, disse o papa nesta sexta. “Me junto aos meus irmãos bispos canadenses para pedir desculpas.”

Nos últimos dias, ele teve encontros privados com delegações e líderes indígenas, que esperam que o pontífice repita o pedido de perdão em solo canadense. “Neste ano, eu espero estar com vocês [em 26 de julho]”, afirmou Francisco, fazendo referência ao dia de santa Ana e confirmando a expectativa de uma viagem ao país.

Folhapress



Vacinação contra Covid escancara diferenças na África e nos lusófonos do continente



Pouco mais de um ano após o início da vacinação contra a Covid, a distribuição de doses na África segue como pauta de debate em fóruns internacionais. Afinal, com doses doadas ao continente majoritariamente nos últimos cinco meses –muitas com prazo de validade curto– e problemas de armazenamento, somente 15% da população africana completou o primeiro esquema vacinal.

Entre os 54 países do continente, porém, há diferenças, e uma delas está nos Palop (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa). Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau,

Guiné Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe têm índices de imunização acima do regional e estão entre os mais vacinados, embora possuam um emaranhado de desafios domésticos no combate à doença.

Por trás disso estão diversas razões, e algumas delas pedem uma visita à história local. A começar pelo êxito diplomático que tiveram os lusófonos africanos.

Boa parte das doses aplicadas nessas nações veio de China, Rússia e Portugal, diz o angolano Filomeno Fortes, diretor do Instituto de Higiene e Medicina Tropical, da Universidade Nova de Lis-

boa. “O negacionismo também não teve grande peso, e foi possível uma grande mobilização social por parte dos governos”, explica.

À reportagem, o Ministério do Estado e dos Negócios Estrangeiros de Portugal informou que 2,7 milhões de vacinas haviam sido doadas para os Palop até o final de fevereiro, seja por acordos bilaterais ou por meio do consórcio internacional Covax. O principal destino foi Angola, maior lusófono africano em termos de população –pelo menos 1,8 milhão de vacinas de Lisboa desembarcaram no país.

Mayara Paixão/Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Estado de SP envia SMS a devedores do ITCMD e quer arrecadar R\$ 30 milhões



A Secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento do Governo do Estado de São Paulo começará a enviar, na próxima terça-feira (5), torpedos e emails cobrando contribuintes que sejam devedores do ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos). O objetivo é arrecadar R\$ 30 milhões com a medida.

A cobrança será feita após operação que tem como base o cruzamento de dados da Receita Federal para identificar contribuintes que declaram no Imposto de Renda ter recebido doações, mas não pagaram ITCMD sobre a operação ao fisco paulista. A cobrança se refere à declaração do IR entregue em 2018, ano-base 2017.

O ITCMD é um imposto cobrado sobre a doação de bens e direitos. Ele é pago por

quem recebe a doação, não pelo doador, e corresponde a 4% sobre o valor do bem ou direito doado que ultrapassar o limite de isenção. Não está obrigado a pagar imposto quem doar bens e direitos de até 2.500 Ufesp (Unidades Fiscais do Estado de São Paulo), o que dá R\$ 62.675 no ano de 2017.

Segundo Leonardo José Balthar de Souza, supervisor do ITCMD, estão na mira não apenas os contribuintes que deixaram de declarar a doação e pagar o imposto ao fisco paulista, mas também os que declararam doações de valor menor à Fazenda estadual e valor maior no Imposto de Renda.

Batizada de Operação Donatio 17, a campanha de arrecadação está sendo feita pela "Dicar (Diretoria de Arrecadação, Cobrança e Recuperação da Dívida. A cobrança ocorre desde 2011,

mas, neste ano, a novidade é o envio de SMS para os devedores.

Souza afirma que não é preciso o contribuinte se deslocar até um posto da Fazenda estadual para fazer o pagamento do imposto. Toda a cobrança é online. Por SMS ou email, o cidadão receberá um link, onde haverá as instruções para a declaração e o pagamento do tributo.

O prazo para a quitação dos valores é de até 30 dias. É possível parcelar a dívida em até 12 vezes, sem juros nem multa. No entanto, quem deixar de pagar poderá ter encargos, que vão desde juros mínimos de 1% ao mês e máximos com base na Selic (taxa básica de juros da economia) até multa que pode fazer com que o contribuinte pague o dobro do valor que está devendo.

Cristiane Gercina/Folhapress

Produção industrial sobe 0,7% em fevereiro, mas segue abaixo do pré-pandemia



A produção industrial do Brasil avançou 0,7% em fevereiro, na comparação com janeiro, informou nesta sexta-feira (1º) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O resultado veio um pouco acima das expectativas do mercado financeiro. Analistas consultados pela agência Bloomberg projetavam alta de 0,5% na mediana.

O resultado de fevereiro elimina parte da queda de 2,2% registrada em janeiro. Contudo, o setor permanece 2,6% abaixo do patamar pré-pandemia. Também está 18,9% abaixo do nível recorde da série histórica, alcançado em maio de 2011.

Na comparação com fevereiro de 2021, a produção das fábricas caiu 4,3%, indicou o IBGE. Nesse recorte,

Preços de planos de saúde empresariais saltam até 133%

Paulo Antônio de Araújo Barbosa, 75 anos, lembra com saudade do plano de saúde que tinha quando era responsável pelo departamento de produção da antiga CEG (Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro), hoje Naturgy.

"Pagava um valor simbólico por um plano maravilhoso, que atendia a mim, minha mulher, meus três filhos, meu pai e minha mãe", diz o engenheiro químico, que deixou a CEG em 2000, aos 53 anos, depois de obter aposentadoria especial por insalubridade e periculosidade.

Agora ele está desolado: é a segunda vez, em dois anos, em que se vê obrigado a mudar de plano de saúde pelos altos reajustes contratuais. "Tinha o Unimed Rio, categoria Delta, oferecido pela Aprogas [Associação dos Profissionais da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro], mas eles apresentaram um aumento absurdo, de mais de

70%", diz. "O valor da mensalidade para mim e para a minha mulher saltaria de R\$ 3 mil para R\$ 5,2 mil", diz.

Tentando fugir da "facada", decidiu aderir, no começo do ano passado, a outro plano coletivo por adesão, também da Unimed Rio, mas agora na categoria Alfa, inferior.

No último dia 7 de março, porém, o susto foi grande: recebeu uma carta da administradora de planos de saúde QV Benefícios dizendo que o plano da Unimed Rio - Alfa seria reajustado em 133,45%.

"De R\$ 3.080, o valor do plano para nós dois saltaria para R\$ 7,2 mil", diz. "Eu entrei em pânico! Nossa renda bruta está na faixa de R\$ 9 mil. Se eu pagar o plano, mal sobra para comer", diz Barbosa, que agora vai aderir ao plano familiar MedSênior, voltado à terceira idade, na tentativa de manter o gasto de R\$ 3 mil ao mês para ele e a mulher, de 73 anos.

Daniele Madureira/Folhapress



a estimativa de analistas do mercado era de retração de 4,9%. Em 12 meses, o indicador acumula alta de 2,8%.

A divulgação desta sexta é a primeira após o IBGE atualizar o modelo de ajuste sazonal da pesquisa. Conforme o instituto, o procedimento é padrão em levantamentos do tipo.

O avanço da indústria em fevereiro, frente a janeiro, teve taxas positivas disseminadas em 16 dos 26 ramos pesquisados. Entre as atividades, as influências positivas mais importantes vieram das indústrias extrativas (5,3%) e de produtos alimentícios (2,4%).

"O setor extrativo teve uma queda importante em janeiro (-5,1%), por conta do maior volume de chuvas em Minas Gerais naquele mês, o que prejudicou a extração do

minério de ferro. Com a normalização das chuvas, houve uma regularização da produção", disse André Macedo, gerente da pesquisa do IBGE.

"Já o setor alimentos teve seu quarto mês positivo de crescimento, acumulando no período ganho de 14%. Em fevereiro, os destaques foram a produção de açúcar e carnes e aves, dois grupamentos importantes dentro do setor", completou.

Conforme o IBGE, outras contribuições positivas vieram de produtos farmacêuticos e farmacêuticos (12,7%), veículos automotores, rebocues e carrocerias (3,2%), metalurgia (3,3%), bebidas (4,1%), outros equipamentos de transporte (15,1%) e produtos de borracha e de material plástico (2,9%).

Leonardo Viecelli/Folhapress

Política

Procuradoria aponta fake news de Flávio sobre Lula mas descarta punição



A Procuradoria-Geral Eleitoral afirmou ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) que uma publicação do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) contra o ex-presidente Lula (PT) pode ser enquadrado como fake news, mas se posicionou contra a imposição de punição ao parlamentar.

O vídeo postado nas redes sociais pelo filho do presidente Jair Bolsonaro (PL) é uma montagem cujo objetivo é passar a impressão de que Lula diz que estava “falando com o demônio” e que o “demônio estava tomando conta” dele.

A Procuradoria concordou com a representação do PT no sentido de que a gravação foi editada para prejudicar a imagem do petista. “Costuma-se associar esse tipo de procedimento ao con-

ceito de fake news”, afirmou o órgão.

No entanto, a Procuradoria disse que não ficou comprovado que a publicação ocorreu no “contexto” das eleições nem que ela tenha afetado a “integridade do processo eleitoral”. Por isso, deu parecer contra a ação que cobrava uma punição a Flávio por propaganda eleitoral negativa antecipada e o pagamento de indenização ao petista.

A manifestação foi assinada pelo procurador-geral Eleitoral, Paulo Gonet, que é indicado pelo procurador-geral da República, Augusto Aras para o cargo.

Na postagem em questão, o senador pedia que seus seguidores nas redes sociais marcassem os líderes religiosos que acompanham e enviassem a eles o vídeo de

Lula.

O parlamentar também transcreveu a seguinte afirmação do ex-presidente: “Eu estou falando com o demônio e o demônio está tomando conta de mim”. O discurso editado do petista, que é candidato a presidente da República, ocorreu em agosto de 2021 na Bahia.

Newsletter FolhaJus+ Receba no seu email as notícias sobre o cenário jurídico e conteúdos exclusivos: análise, dicas e eventos; exclusiva para assinantes. * A Procuradoria afirmou que o vídeo foi manipulado para “inculcar representação falsa da realidade”. Gonet disse que foi “extirpado” da gravação do discurso de Lula “trecho essencial que desfigurou seu sentido original”.

Matheus Teixeira/Folhapress

Datena se filia ao PSC para disputar o Senado por São Paulo

O apresentador José Luiz Datena se filiou hoje ao PSC e “colocou seu nome à disposição” do partido para concorrer ao Senado por São Paulo.

No início de julho do ano passado, Datena se filiou ao PSL, já com a intenção de disputar uma vaga no Senado. Em novembro, o apresentador deixou a sigla e entrou no PSD, ainda com a intenção de se tornar senador.

Agora, o apresentador entra na terceira legenda em

menos de um ano, mantendo o mesmo plano inicial de candidatura.

Hoje é o último dia da janela partidária, ou seja, do período permitido para a troca de partidos antes das eleições de outubro.

O presidente estadual do PSC, o deputado federal Gilberto Nascimento, já declarou que o partido apoiará a candidatura do ex-ministro da Infraestrutura Tarcísio Gomes de Freitas (Republicanos) ao governo do estado.

Folhapress



Ala do PSDB rebate discurso de xeque-mate de Doria e mantém plano com Eduardo Leite



Enquanto aliados de João Doria (PSDB) diziam que seu recuo eleitoral com a intenção de obter apoio explícito de seu partido foi um xeque-mate, o grupo ligado ao ex-governador do Rio Grande do Sul Eduardo Leite (PSDB) mantém o plano de alçá-lo candidato à Presidência.

Parte do PSDB considera ainda que a candidatura de Doria sai fragilizada do vaivém desta quinta (31), quando ele desistiu de um plano anunciado horas antes a aliados, renunciou ao Governo de São Paulo e manteve seu nome na disputa ao Planalto.

O agora ex-governador disse a jornalistas que tudo se tratou apenas de “estratégia”.

Ao anunciar na quarta-feira (30) a seu vice, Rodrigo Garcia (PSDB), que não iria renunciar ao governo nem

disputar a eleição presidencial, Doria mobilizou uma série de aliados, que buscaram demovê-lo da desistência.

O principal gesto veio do presidente do PSDB, Bruno Araújo, que reafirmou em carta que Doria, como vencedor das prévias, é o único candidato do partido. Doria afirmou que o texto foi decisivo para que ele mantivesse a candidatura e renunciasse ao Palácio dos Bandeirantes.

Líderes do partido, no entanto, minimizam o que aliados de Doria tentam difundir como uma vitória política. A carta, ressaltam, não vai além das garantias que o tucano já tinha -de que venceu as prévias e é o indicado do partido.

Na avaliação de parte dos tucanos, em vez de barrar de vez as pretensões presidenciais de Eduardo Leite, Doria esteve a ponto de jogar a can-

didatura no colo do rival e, assim, o favoreceu, diante da instabilidade provocada com seu vaivém.

O gaúcho também renunciou para se liberar para o Planalto e disse se ver em condições de alcançá-lo.

O entorno de Leite afirma que nada mudou e que o gaúcho vai a Brasília buscar apoio dentro e fora do partido para sua empreitada.

O próprio ex-governador gaúcho afirmou o mesmo a jornalistas nesta quinta.

“Eu não tenho nenhum movimento de deslegitimação das prévias, sempre disse que as prévias têm legitimidades, isso não muda absolutamente nada. Os episódios que aconteceram hoje, as especulações feitas, não mudam absolutamente nada.”

Artur Rodrigues e Carolina/Folhapress

Baixa oferta do bitcoin pode resultar em novas altas, dizem especialistas



O nível de estoque do bitcoin nas corretoras está nos níveis mais baixos da história. Segundo especialistas ouvidos pela EXAME, novas altas podem estar no radar em decorrência disso.

O bitcoin, maior criptomoeda do mundo, subiu cerca de 6,75% na última semana, rompendo a barreira dos US\$ 48 mil e ensaiando uma recuperação contra os últimos meses de queda. Uma das razões pela movimentação pode ser o estoque disponível da moeda, que se encontra nos menores níveis da história.

“Temos visto um número de carteiras com bitcoins ‘mais velhos’ aumentando ao longo das últimas semanas. Esse é um conceito chamado coin age, ou idade da moeda”, comenta o head de research de Digital Assets do BTGPactual, Nicholas Sacchi. O movimento ao qual ele se re-

ferre é o de número de bitcoins armazenados em carteiras há pelo menos um ano, sem negociação. Quanto maior esse número, menos bitcoins estão disponíveis para negociação nas corretoras.

“O número de bitcoins não movimentados há um ano sobre a oferta circulante total subiu cerca de 10% nos últimos oito meses. Em outras palavras, há sinais de que a intenção de venda está diminuindo no mercado, mesmo com quedas superiores a 10% no mercado”, explica Sacchi.

Segundo Dylan Leclair, analista sênior da UTXO, gestora de cripto, houve somente uma ocasião passada em que a porcentagem de bitcoins disponíveis não mudava de patamar estando nesse nível, em setembro de 2020. Ele chamou isso de “incrível”.

“O bitcoin está negociando a US\$ 48.000 e ao longo

de sua história, houve somente uma ocasião em a porcentagem de oferta não se movia a mais de um ano estava nesse nível, em setembro de 2020”. O final de 2020 marcou o início da trajetória da criptomoeda dos US\$ 10.000 até os US\$ 60.000.

Ainda segundo Sacchi, “os dados históricos do blockchain nos mostram que esse padrão é similar ao que foi observado no mercado em 2018, quando as quedas nos preços superaram 80% e, após a capitulação, voltamos a ter o aumento de bitcoins mais velhos. Esse padrão, portanto, acaba gerando otimismo nos investidores”, finaliza.

Desde sua concepção, o bitcoin tem entre suas maiores vantagens a escassez programada, que se restringe a 21 milhões de unidades que podem ser mineradas. Exame

Movimento do bitcoin é forte e sinaliza apetite comprador, diz analista

Apesar de correção no preço, especialista do BTGPactual pontua apetite comprador e a possibilidade de investidores estarem acumulando bitcoin.

O preço do bitcoin sofreu correção nos últimos dias, mas ainda trabalha acima dos US\$45.000, sua principal região de definição de preço. O criptoativo tem movimento forte desde a segunda quinzena de março, mostrando apetite comprador e sinalizando a possibilidade de uma acumulação.

O gráfico diário mostra o preço reagindo após o teste da média móvel de 200 períodos, que é um dos principais indicadores da Análise Técnica e monitorado por diversos players. O estudo de Fibonacci segue acompanhando as confluências do movimento de que-

da com topo em US\$69.190 e fundo em US\$32.837, que tem as retrações de 61,8% em US\$55.303 e 76,4% em US\$60.611.

A combinação desse movimento e a projeção da figura de pivô de alta (objetivos em US\$56.566 e US\$64.315) oferece faixas estreitas de preço entre US\$54.000 e US\$55.300, com probabilidade relevante de teste, caso o preço rompa a média móvel de 200 períodos.

O momento é decisivo para a principal cripto e precisamos da superação dos US\$48.315, para dar mais tranquilidade ao movimento de alta citado. Em termos estratégicos, a sugestão para os comprados é de posicionamento dos stops abaixo dos US\$43.650, uma vez que a perda da região desconfigura o movimento de alta.

Exame



Ziliqa (ZIL): Conheça a smartcoin que saltou mais de 100% em dois dias



Em tempos de subida do bitcoin (BTC), o mercado tende a prestar atenção em outros criptoativos. E, com isso, alguns projetos acabam se valorizando.

O criptoativo ZIL, nativo da rede de contratos inteligentes Ziliqa, valorizou mais de 100% em dois dias e vem chamando a atenção de investidores, saindo de um patamar de US\$ 0,09 em 29 de março.

A moeda chegou a ser cotada por US\$ 0,19 nesta quinta-feira (31).

O que é Ziliqa (ZIL):

Segundo os documentos oficiais, a plataforma de contrato inteligente Ziliqa é um “blockchain pública projetada para oferecer alta taxa de

transferência com o intuito de oferecer a capacidade de concluir milhares de transações por segundo”.

Os documentos ainda afirmam que “procuram resolver a questão da escalabilidade e velocidade do blockchain empregando o sharding como uma solução de dimensionamento de segunda camada”.

A plataforma abriga alguns aplicativos descentralizados e, a partir de outubro de 2020, também permite o staking, que é o travamento de ZIL na plataforma para gerar renda passiva aos investidores que a colocam.

O token de utilitário nativo da Ziliqa, o ZIL, é usado para processar transações na rede e executar contratos inteligentes.

Seria a Era dos contratos inteligentes?

Além da Ziliqa (ZIL), outras redes de contratos inteligentes apresentaram fortes recuperações nesta semana. Entre elas a Solana (SOL), Avalanche (AVAX), Terra (LUNA) e a própria Ethereum (ETH).

Uma das teses da casa de análise em criptoativos Mercurius Research, é a de que, neste ano, as redes de contratos inteligentes têm muito a crescer.

Algo que encaixa com uma tese “multichain” (interoperabilidade entre blockchains), também adotada por eles e por diversos analistas do mercado.

Leonardo Rubinstein Cavalcanti/MoneyTimes

Publicidade Legal

Lunedipar Participações S.A.

CNPJ em constituição

Ata da Assembleia Geral de Constituição

1. Data, Hora e Local: Ao 1º (primeiro) dia do mês de março de 2021, às 10:00 horas, na Avenida Paulista, nº 460, 7º andar, Ed. Pedro Biagi, Bela Vista, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01310-904. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, nos termos do parágrafo 4º do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei nº 6.404/76"), em vista da presença da totalidade dos acionistas subscritores, conforme atestam as assinaturas no Livro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Presidente: Eduardo Augusto Medeiros de Oliveira; Secretário: João Gabriel Gomes Pereira. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** O Sr. Presidente declarou instalada a assembleia e por unanimidade de votos dos presentes e sem quaisquer restrições, foram aprovadas as seguintes deliberações: (i) Aprovar a constituição da **Lunedipar Participações S.A.** ("Companhia"), que se regerá pelo Estatuto Social, que lido e aprovado, passa a integrar a presente na qualidade de **Anexo I**, com valor nominal, parcialmente integralizadas em moeda corrente nacional, nos termos dos Boletins de Subscrição, que seguem na forma do **Anexo II**, e do recibo de depósito do capital social integralizado em moeda corrente nacional, realizado em atendimento ao disposto no art. 80, II, da Lei nº 6.404/76, que segue na forma do **Anexo III**; (ii) A eleição dos Srs. **Eduardo Augusto Medeiros de Oliveira**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 296.228 e no CPF/ME sob o nº 335.870.178-67, e **João Gabriel Gomes Pereira**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/SP sob o nº 296.798 e no CPF/ME sob o nº 317.735.218-61, ambos residentes e domiciliados no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Av. Paulista, nº 460, 7º andar, Ed. Pedro Biagi, Bela Vista, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01310-904, respectivamente aos cargos de Diretor Presidente e Diretor Vice-Presidente da Companhia, com mandato de 03 (três) anos, podendo ser reeleitos. A remuneração dos Diretores será definida oportunamente pelos acionistas. **5. Encerramento:** Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e ninguém se manifestando, o Sr. Presidente declarou constituída a Companhia, e encerrou os trabalhos. Após a lavratura da presente ata, lida em voz alta, foi reconhecida como expressão fiel do ocorrido e assinada por todos os presentes. Desta ata serão extraídas 03 (três) cópias para os fins legais. São Paulo/SP, 1º de março de 2021. **Mesa: Eduardo Augusto Medeiros de Oliveira** – Presidente da Mesa; **João Gabriel Gomes Pereira** – Secretário da Mesa. **Advogada Responsável: Thais Marzo**, OAB/SP nº 307.699. **Anexo I da Ata da Assembleia Geral de Constituição da Lunedipar Participações S.A., realizada em 1º de março de 2021. Estatuto Social da Lunedipar Participações S.A. Capítulo I – Denominação, Duração, Objeto e Sede. Art. 1º.** A Companhia tem a denominação de **Lunedipar Participações S.A.**, sendo uma sociedade anônima de capital fechado, com duração por tempo indeterminado, e se regerá por este estatuto e leis aplicáveis a sua espécie ("Companhia"). **Art. 2º.** O objeto social da Companhia contempla a participação societária em outras sociedades, empresárias ou simples, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista. **Art. 3º.** A Companhia tem sede e foro no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 460, 7º andar, Ed. Pedro Biagi, Bela Vista, CEP 01310-904. **Parágrafo Único.** A Companhia poderá, por deliberação da Assembleia Geral, a todo tempo, criar, montar, transferir ou extinguir filiais, agências, sucursais, escritórios de contato e representações, depósitos, terminais e estabelecimentos do gênero, em qualquer localidade do país ou do exterior, a cada qual sendo atribuído um capital em separado. **Capítulo II – Capital Social e Transferência de Ações. Art. 4º.** O capital social da Companhia é de R\$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. **Art. 5º.** As ações são indivisíveis em relação à Companhia, cabendo a cada ação ordinária o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Parágrafo Primeiro.** As ações serão registradas no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia e sua transferência operar-se-á por termos lançados em livro próprio. **Parágrafo Segundo.** As participações societárias, bens, obrigações e direitos detidos pelos acionistas da Companhia, decorrentes de adiantamento de herança, doação ou integralização de capital social mediante a conferência de bens por ascendente, não se comunicarão em nenhuma hipótese aos cônjuges dos acionistas beneficiados. **Art. 6º.** No caso de qualquer acionista desejar alienar suas ações a terceiros, os demais acionistas terão preferência para adquiri-las, em igualdade de condições, respeitadas as demais disposições aplicáveis por lei. **Capítulo III – Administração. Art. 7º.** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por 02 (dois) membros, acionistas ou não, residentes no país, sendo um Diretor Presidente e um Diretor Vice-Presidente, eleitos em Assembleia Geral, com mandato unificado de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo**

Primeiro. Os membros da Diretoria serão investidos em suas funções mediante assinatura de Termo de Posse lavrado no Livro de Atas das Reuniões de Diretoria, dispensada qualquer caução para garantia de sua gestão. **Parágrafo Segundo.** Mesmo após o término do prazo do mandato, os Diretores continuarão no exercício de seus cargos, até a eleição e posse da nova Diretoria, eleita pela Assembleia Geral. **Art. 8º.** Compete aos Diretores gerir a Companhia e exercer as atribuições que a Assembleia Geral e este Estatuto Social lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, observados os limites fixados por este Estatuto Social e pela lei. **Art. 9º.** Com as exceções previstas neste Estatuto Social, qualquer ato ou negócio jurídico que implique em assunção de responsabilidade ou obrigação pela Companhia perante terceiros, ou na exoneração destes perante ela, serão obrigatoriamente assinados: (i) pelo Diretor Presidente e pelo Diretor Vice-Presidente, em conjunto, (ii) por 01 (um) Diretor em conjunto com 01 (um) procurador, com poderes específicos; ou, (iii) por 01 (um) procurador, com poderes específicos, observado o disposto no Parágrafo Único abaixo. **Parágrafo Único.** Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia deverão ser sempre assinados pelo Diretor Presidente, e não poderão ter prazo superior a 01 (um) ano, com exceção dos mandatos outorgados para fins de representação em processos judiciais e administrativos, que poderão ser por prazo indeterminado. Os instrumentos de mandato deverão conter uma descrição pormenorizada dos poderes outorgados aos procuradores da Companhia. **Art. 10.** Competirá ao Diretor Presidente convocar, instalar e presidir as reuniões de Diretoria. **Art. 11.** Os membros da Diretoria poderão receber os honorários e participações, globais ou individuais, que a Assembleia Geral determinar. **Capítulo IV – Assembleia Geral. Art. 12.** A Assembleia Geral é o órgão soberano da Companhia e se reunirá, ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) primeiros meses após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem. **Parágrafo Único.** A Assembleia Geral será presidida pelo Diretor Presidente, no seu impedimento ou ausência, pelo Diretor Vice-Presidente, que convidará um dos presentes para servir de secretário da mesa. **Capítulo V – Conselho Fiscal. Art. 13.** A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros e igual número de suplentes com as atribuições e competências previstas em lei. **Parágrafo Primeiro.** O Conselho Fiscal será instalado pela Assembleia Geral por solicitação de acionistas que atendam aos requisitos legais para tanto, encerrando-se seu mandato na Assembleia Geral Ordinária que se seguir à sua instalação, permitida a reeleição. **Parágrafo Segundo.** As reuniões serão convocadas pelo Presidente do Conselho Fiscal ou por quaisquer 02 (dois) membros do Conselho Fiscal. Todas as deliberações do Conselho Fiscal constarão de atas lavradas no respectivo livro de atas de reuniões do Conselho Fiscal e assinadas pelos membros de tal órgão que estiverem presentes. **Capítulo VI – Exercício Social. Art. 14.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrará em 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras, observadas as formalidades exigidas pela legislação vigente. **Art. 15.** Feitas as necessárias anotações, do lucro líquido apurado no balanço anual deduzir-se-ão: I) 5% para a Reserva Legal, até atingir 20% do capital social; II) 5% do lucro líquido ajustado, em conformidade com o disposto no art. 202, da Lei nº 6.404/76, para distribuição, como dividendo obrigatório, aos acionistas; e, III) o saldo que se verificar após as destinações acima terá a aplicação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposição da Diretoria, observadas as disposições legais. **Parágrafo Primeiro.** Os dividendos não reclamados não vencerão juros e, no prazo de 03 (três) anos, reverterão em benefício da Companhia. **Parágrafo Segundo.** A Assembleia Geral poderá, desde que não haja oposição de qualquer presente, deliberar a distribuição inferior ao obrigatório ou, ainda, a retenção de todo lucro. **Parágrafo Terceiro.** A Companhia poderá, a qualquer tempo, levantar balanços mensais, trimestrais ou semestrais, em cumprimento a requisitos legais, ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares e juros sobre o capital próprio, mediante deliberação dos acionistas e atendidos os requisitos legais. Estes dividendos e juros sobre o capital próprio, caso distribuídos, deverão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório. **Capítulo VII – Das Disposições Gerais. Art. 16.** A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei e/ou por deliberação da Assembleia Geral. Caberá à Assembleia Geral determinar a forma de liquidação, nomear liquidante e fixar a sua remuneração. **Art. 17.** Nos casos omissos ou duvidosos do presente Estatuto Social, aplicar-se-á as disposições pertinentes da Lei nº 6.404/76, conforme alterada. São Paulo/SP, 1º de março de 2021. **Mesa: Eduardo Augusto Medeiros de Oliveira** – Presidente da Mesa; **João Gabriel Gomes Pereira** – Secretário da Mesa. **Advogada Responsável: Thais Marzo**, OAB/SP nº 307.699. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado de registro sob o NIRE 35.300.567.081 em 22/04/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$

4,6978 / R\$ 4,6984 **

Câmbio livre mercado -

R\$ 4,6640 / R\$ 4,6660 *

Turismo - R\$ 4,673 / R\$

4,837

(*) cotação média do mercado

(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado

no dia: -1,99%

OURO BM&F

R\$ 286,990

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: 1,31%

Pontos: 121.570

Volume financeiro: R\$

32,610 bilhões

Majores altas: Meliuz

ON (9,37%), Cielo ON

(8,04%), Banco Inter

UNT (7,78%)

Majores baixas: Su-

zano S.A. ON (-1,70%),

Klabin S/A UNT

(-1,62%), Usiminas PNA

(-1,43%)

S&P 500 (Nova York):

0,34%

Dow Jones (Nova York):

0,40%

Nasdaq (Nova York):

0,29%

CAC 40 (Paris): 0,37%

Dax 30 (Frankfurt):

0,22%

Financial 100 (Londres):

0,30%

Nikkei 225 (Tóquio):

-0,56%

Hang Seng (Hong Kong):

0,19%

Shanghai Composite

(Xangai): 0,94%

CSI 300 (Xangai e Shen-

zhen): 1,27%

Merval (Buenos Aires):

1,57%

IPC (México): 0,13%

ÍNDICES DE IN-

FLAÇÃO

IPCA/IBGE

Neovia Telecomunicações S.A.

CNPJ/ME nº 04.612.069/0001-27 – NIRE 35.300.186.885

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas da **Neovia Telecomunicações S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 08 de abril de 2022, iniciando-se às 11h a Assembleia Geral Ordinária e na sequência a Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na modalidade **semipresencial**, nos termos da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, conforme alterada ("IN DREI 81"), sendo realizada **presencialmente** na sede social da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Helena, nº 218, 3º andar, cj. 309, Vila Olímpia, CEP 04552-050, **com possibilidade de participação remota** através da plataforma digital Zoom ("Plataforma Digital"), para examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia ("AGOE"): **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) Examinar e discutir o Relatório da Administração sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, o Balanço Patrimonial e os Demonstrativos de Resultados relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas do Relatório da Ernst & Young Auditores Independentes S.S.; (ii) Deliberar sobre a destinação dos resultados do exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, se existentes; e (iii) Eleger os membros da Diretoria da Companhia. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) Aprovar o Plano de Negócios da Companhia para o exercício a ser encerrado em 31 de dezembro de 2022; (ii) Aprovar a contratação de prestador de serviços para realização da auditoria contábil independente, para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; (iii) Fixar a remuneração global da Diretoria da Companhia para o exercício a ser encerrado em 31 de dezembro de 2022; (iv) Consignar a homologação pela Diretoria da Companhia, em 08 de julho de 2021, do aumento do capital social da Companhia, decorrente das deliberações da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia em 14 de maio de 2021; (v) Alterar a redação do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de forma a refletir o capital social atual; (vi) Aprovar o aumento de capital social, em moeda corrente nacional, no valor de até R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), observado o direito de preferência dos acionistas, bem como a tomada das providências necessárias para a sua implementação; (vii) Alterar a redação do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, de forma a alterar a previsão de que, obrigatoriamente, tenha que ser eleito 01 (um) Diretor Financeiro; (viii) Alterar a previsão do *caput* do artigo 19 do Estatuto Social da Companhia, de forma a alterar a previsão de que, obrigatoriamente, o Diretor Presidente ou o Diretor Financeiro tenha que assinar em conjunto com o procurador; (ix) Aprovar a contratação, se necessário, de convênios, contratos financeiros, empréstimos e prestação de garantias, pela sociedade controlada pela Companhia, Directnet Prestação de Serviços Ltda, no valor de até R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), em razão das atividades habituais da empresa controlada; (x) Consolidar o Estatuto Social da Companhia. **Informações Gerais:** 1. Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, cópias dos documentos a serem discutidos na Assembleia Geral, os quais também serão disponibilizados por meio digital para aqueles que solicitarem. 2. A Companhia solicita aos Acionistas que queiram participar da assembleia de forma remota o envio da seguinte documentação para o e-mail fernanda.dumangin@neovia.com.br, com solicitação de confirmação de recebimento, em até **48 (quarenta e oito) horas** antes da realização da AGOE: • **Acionistas pessoa física:** documento de identidade com foto e, se for o caso, instrumento de mandato com identificação clara do signatário. • **Acionistas pessoa jurídica:** cópia do estatuto/contrato social e dos documentos societários que comprovem a representação legal do acionista, devidamente registrados perante a autoridade competente, e documento de identidade com foto do representante legal. Se o acionista for representado por procurador, deve ser apresentado instrumento de mandato devidamente assinado. 3. A Companhia esclarece que dispensará a necessidade de reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, bem como a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada dos documentos de representação do Acionista que estejam em língua estrangeira, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. 4. A Companhia enviará os convites individuais de acesso à Plataforma Digital Zoom e as respectivas instruções para acesso à Plataforma Digital Zoom aos Acionistas que tenham apresentado sua solicitação nas condições acima. Nos termos da IN DREI 81, a AGOE será integralmente gravada, sendo que o acionista devidamente credenciado que participar da AGOE por meio do sistema eletrônico será considerado presente e assinante da ata. 5. Caso o Acionista que tenha solicitado devidamente sua participação, não receba da Companhia o e-mail com as instruções para acesso e participação na AGOE com antecedência mínima de 24 horas da sua realização (ou seja, até as 11 horas do dia 07 de abril de 2022), deverá entrar em contato com a Companhia pelo telefone (11) 97711-0076 ou pelo e-mail fernanda.dumangin@neovia.com.br, em qualquer cenário, antes das 11 horas do dia 07 de abril de 2022, a fim de que lhe sejam reenviadas (ou fornecidas por telefone) suas respectivas instruções para acesso. 6. A Companhia solicita que os Acionistas que optarem por participar da Assembleia de forma remota que garantam previamente a compatibilidade de seus dispositivos eletrônicos com o sistema a ser utilizado na AGOE e acessem a plataforma com 30 (trinta) minutos de antecedência da AGOE. Reforça-se que a Companhia não se responsabilizará por problemas operacionais ou de conexão que o Acionista venha a enfrentar, bem como por qualquer outra eventual questão que venha a dificultar ou impossibilitar a participação do Acionista na AGOE por meio eletrônico, decorrente de incompatibilidade ou defeitos de seus dispositivos eletrônicos, nos termos da IN DREI 81. 7. O Acionista cadastrado poderá participar da AGOE via Plataforma Digital por meio de vídeo e áudio, devendo manter a sua câmera ligada durante todo o curso da Assembleia com o fim de assegurar a autenticidade das comunicações, exercendo seus direitos de manifestação e voto por meio da Plataforma Digital. A Administração da Companhia se coloca à disposição para eventuais esclarecimentos que se façam necessários. São Paulo, 30 de março de 2022. **Neovia Telecomunicações S.A.**, Oscar Armando Garcia Montoya – Diretor Presidente. (31/03 e 01 e 02/04/2022)

Caltabiano Mclarty Participações S.A.

CNPJ/ME nº 07.133.841/0001-16 – NIRE 35.300.319.796

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Caltabiano Mclarty Participações S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.133.841/0001-16, com seus atos constitutivos arquivados perante a JUCESP sob o NIRE 35.300.316.796 ("Companhia"), através de seus Diretores, Sr. **Alessandro Portella Maia** e Sra. **Cícera Gomes Vital Silva**, e nos termos do art. 123 da Lei nº 6.404/76 e da cláusula 11 do Estatuto Social da Companhia, convoca os acionistas da Companhia para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 11 de abril de 2022, às 11:00 horas, na forma virtual, por intermédio da Plataforma Google Meet (conforme link a ser enviado por e-mail para cada um dos acionistas), para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) alteração da cláusula 15 do Estatuto Social, para exclusão da obrigatoriedade dos membros do conselho de administração serem acionistas da Companhia; (ii) alteração do parágrafo segundo da cláusula 17 do Estatuto Social, para modificação do quórum de instalação da reunião do conselho de administração da Companhia; (iii) alteração do *caput* da cláusula 19 do Estatuto Social e, do parágrafo segundo da cláusula 19 do Estatuto Social, para modificação do quórum de aprovação das matérias sujeitas ao conselho de administração; (iv) eleição dos membros do conselho de administração da Companhia; e (v) consolidação do Estatuto Social da Companhia. São Paulo, 1º de abril de 2022. **Caltabiano Mclarty Participações S.A. Alessandro Portella Maia** – Diretor; **Cícera Gomes Vital Silva** – Diretora. (01, 02 e 05/04/2022)

Viação Piracicabana S.A.

CNPJ/ME nº 54.360.623/0001-02 – NIRE 35.300.490.169

Aviso aos Debenturistas

Viação Piracicabana S.A., informa aos debenturistas: (i) que em decorrência das alterações ao art. 289 da Lei 6.404/76 introduzidas pela Lei 13.818/19, as publicações obrigatórias realizadas pela Companhia deixaram de ser realizadas nos órgãos oficiais; e (ii) a alteração do jornal de grande circulação para as publicações legais da Companhia, do "Gazeta de São Paulo" para o "Data Mercantil". Piracicaba/SP, 01 de abril de 2022. **Viação Piracicabana S.A.**

Cotação das moedas

Cora (Suécia) - 0,5022

Dólar (EUA) - 4,6984

Franco (Suíça) - 5,0772

Iene (Japão) - 0,03833

Libra (Inglaterra) - 6,162

Peso (Argentina) -

0,04228

Peso (Chile) - 0,006004

Peso (México) - 0,2368

Peso (Uruguai) - 0,1142

Yuan (China) - 0,7385

Rublo (Rússia) - 0,05661

Euro (Unidade Monetária

Europeia) - 5,1903

Faça um orçamento

conosco:

comercial@datamercantil.com.br

Lemasa Industria e Comércio de Equipamentos de Alta Pressão S.A.

CNPJ/MF nº 61.991.667/0001-98

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)				Demonstrações dos Fluxos de Caixa exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)					
Ativo/Circulante	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido/Circulante	2021	2020	2021 2020			
Caixa e equivalentes de caixa	5.728	9.633	Emprestimos e financiamentos	374	326	(=) Resultado do exercício antes do IRPJ e CSLL 16.326 12.853			
Contas a receber de clientes	18.201	15.340	Fornecedores	4.245	5.024	Itens que não afetam o caixa operacional			
Estoques	28.069	25.658	Dividendos a pagar	122	7.220	Provisões para contingências			
Tributos a recuperar	86	195	Tributos a pagar	1.345	968	(248) -			
Adiantamentos a fornecedores	1.478	765	Obrigações sociais e trabalhistas	2.380	1.537	Provisões para garantia			
Outras contas a receber	395	379	Adiantamentos de clientes	548	1.472	- 422			
	53.957	51.970	Outros valores a pagar	875	665	Provisão para estoques obsoletos			
				9.889	17.212	307 -			
Não circulante			Não circulante			Depreciação e amortização			
Conta a receber de clientes	2.310	2.409	Emprestimos e financiamentos	391	765	1.045 1.709			
Outras contas a receber	700	-	Fornecedores	115	-	Juros, variações monetárias e cambiais			
Imobilizado	6.777	4.365	Provisões para contingências	50	50	(89) 573			
Intangível	465	317		556	815	62 (312)			
	10.252	7.091				17.403 16.010			
Total do ativo	64.209	59.061	Patrimônio líquido			Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo			
Demonstrações do Resultado exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)									
	2021	2020	Capital social	29.547	29.547	Contas a receber de clientes			
Receita líquida de vendas	72.092	58.982	Reservas de lucros	24.217	11.487	(2.762) 762			
(-) Custo das mercadorias vendidas	(38.102)	(30.291)		53.764	41.034	Contas a receber de partes relacionadas			
(=) Lucro bruto	33.990	28.690	Total do passivo e do patrimônio líquido	64.209	59.061	(2.411) (4.537)			
(-) Despesas operacionais									
Despesas com vendas	(2.588)	(2.535)	Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)						
Despesas gerais e administrativas	(16.469)	(13.651)	Capital Reserva social	14.040	1.921	Resultados			
Outras receitas (despesas), líquidas	1.159	222	legal	-	-	Acumulados	Total		
(=) Lucro operacional antes do resultado financeiro	16.092	12.725	Acumulados	15.507	31.468				
Receitas financeiras	1.998	2.482	Saldo em 01/01/2020	-	-	Saldo em 01/01/2020	14.040		
Despesas financeiras	(1.764)	(2.355)	Resultado do exercício	-	-	Resultado do exercício	9.657		
(=) Resultado financeiro, líquido	234	127	Dividendos constituídos	-	(92)	Dividendos constituídos	(92)		
(=) Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	16.326	12.853	Constituição de reservas	-	483	Constituição de reservas	(483)		
IRPJ e Contribuição Social - corrente	(3.474)	(3.196)	Aumento de capital	15.507	-	Aumento de capital	(15.507)		
(=) Lucro líquido do exercício	12.852	9.657	Saldo em 31/12/2020	29.547	2.404	Saldo em 31/12/2020	9.082 41.033		
Notas Explicativas									
As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico com base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda contra o resultado do exercício. A preparação das demonstrações financeiras, requer o uso de estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Portanto, as demonstrações financeiras incluem várias estimativas; entre elas, as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (PECLD), as perdas estimadas nos estoques, a determinação de vida útil do ativo imobilizado e a capacidade de sua recuperação nas operações,				avaliações de ativos financeiros pelo seu valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como a análise dos demais riscos na determinação de provisões necessárias para passivos contingentes, provisões tributárias e outras similares. Por serem estimativas, é possível que os resultados reais possam apresentar variações. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 - R1), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).					
Diretoria		Contador							
Massimo Colombo	Andrea Stefanelli	Douglas da Silva Feitosa - CRC SP 295.981/O-2							

Juros terminam com queda expressiva alinhados ao alívio do câmbio

Os juros tombaram nesta sexta-feira, 1º, alinhados ao câmbio, principalmente, e ao recuo dos preços do petróleo. Fatores internos, como a paralisação de funcionários do Banco Central e Tesouro e os dados da produção industrial, ficaram em segundo plano. A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2024, hoje o mais negociado, encerrou a 11,84%, de 12,056% ontem no ajuste, e a do DI para janeiro de 2023 caiu de 12,731% para 12,62%. O DI para janeiro de 2025 encerrou com taxa de 11,16%, de 11,42%. Pela primeira vez abaixo do nível de 11% desde 3 de fevereiro (10,96%), a taxa do DI para janeiro de 2027 terminou a 10,98%, de 11,22% ontem.

O sinal de baixa prevaleceu nas taxas desde a abertura e foi se acentuando ao longo do dia, sempre com o câmbio como principal referência, num momento de grande preocupação com o efeito inflacionário da escalada das commodities em função do conflito na Ucrânia. "Como o dólar furou R\$ 4,70, ajudou bastante a tirar prêmio da curva pela percepção de que pode ajudar a mitigar o cenário inflacionário", explica Camila Abdelmalack, economista-chefe da Veedha Investimentos, lembrando que o petróleo hoje também se desvalorizou.

Após alguma volatilidade inicial, a commodity se firmou em queda à tarde, em meio à liberação de reservas estratégicas da Agência Internacional de Energia (AIE) e aperto nas restrições de circulação na China por causa da nova onda de Covid.

Para o Bradesco, os efeitos da guerra na Ucrânia para as commodities são ambíguos para a economia brasileira. O menor crescimento global, a elevação da inflação e os potenciais problemas na importação de fertilizantes sugerem menor crescimento e preços mais elevados no médio prazo. Por outro lado, o ganho nos termos de troca favorece o real, a melhora das contas públicas e uma menor aversão ao risco, que atuam na direção de maior crescimento e mitigação de riscos inflacionários.

Dólar inicia abril em queda e fecha abaixo do patamar de R\$ 5,70

O mercado doméstico de câmbio inicia abril na mesma toada em que encerrou o primeiro trimestre: jogando o dólar para baixo. Em queda desde a abertura dos negócios e na contramão do exterior, a moeda americana acelerou as perdas ao longo da tarde, em meio à divulgação de resultado forte da balança comercial em março, e fechou abaixo de R\$ 4,70 pela primeira vez desde 10 de março de 2020.

Segundo operadores, o fluxo estrangeiro para ativos locais continua firme, com investidores alocando em bolsa, insuflada pela alta das commodities, e montando operações de carry trade. A alta das taxas dos Treasuries de dois anos, após a leitura do relatório de emprego (payroll) nos EUA em março sustentar a perspectiva de intensificação do processo de alta de juros pelo Federal Reserve, não abalou o apetite pelo real.

Exportadores também estariam antecipando fechamento de câmbio para aplicar nos juros domésticos. Diversas casas mantêm a previsão de que a taxa Selic possa encerrar o ciclo de aperto monetário acima de 13%, embora o BC tenha enfatizado que pretende promover apenas mais uma elevação da taxa, em 1 ponto percentual na reu-

nião de maio, para 12,75%. Com mínima a R\$ 4,6628 (-2,07%), registrada no meio da tarde com ordens de stop loss (limitação de perdas), o dólar à vista encerrou a sessão em baixa de 1,97%, a R\$ 4,6673 – menor valor de fechamento desde 10 de março de 2020 (R\$ 4,647). Com isso, a desvalorização acumulada no ano atingiu 16,30%.

À tarde, a Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do Ministério da Economia, divulgou que a balança comercial registrou superávit de US\$ 7,383 bilhões em março, 19% maior que em igual período do ano passado e o melhor resultado para o mês desde o início da série histórica. No ano, a balança comercial acumulou superávit de US\$ 11,313 bilhões, crescimento de 37,6% na comparação anual.

Após o resultado de março, a Secex aumentou a previsão para o saldo comercial neste ano de US\$ 79,4 bilhões para US\$ 111,6 bilhões, com a expectativa para as exportações passando de US\$ 284,3 bilhões para US\$ 348,8 bilhões. Em 2021, o resultado foi positivo em US\$ 61,4 bilhões.

O especialista em renda fixa da Blue3, Nicolas Giacometti, ressalta que as commodities já vinham pressionadas pela recupera-

ção da atividade global com arrefecimento da pandemia do novo coronavírus e subiram ainda mais com o advento da guerra na Ucrânia.

"O Brasil tem muitas empresas produtoras e exportadoras de commodities. Isso traz mais dólares e também atrai o investidor estrangeiro para ações de companhias que estavam muito descontadas", diz Giacometti, ressaltando que com a perspectiva de alta de juros nos EUA, investidores estão migrando para setores mais tradicionais, que não vão sofrer tanto com o aperto monetário. "Somando esse cenário aos juros domésticos elevados, que atrai capital externo, temos uma pressão forte do dólar para baixo".

Mesmo que haja um cessar-fogo entre Rússia e Ucrânia (que realizaram nova rodada de negociações hoje), a perspectiva é a de que as commodities seguirão em patamares elevados. Além disso, investidores devem continuar a evitar ativos russos e moedas do leste europeu, dando preferência a outros emergentes, como o Brasil.

No exterior, o índice DXY – que mede o desempenho do dólar frente a uma cesta de seis divisas fortes – operou em alta ao longo de todo o dia, tocando máxima na casa de 98,700 pontos. A curva de juros americana se

inverteu, com a taxa da T-note de 10 anos abaixo de 2,40%, enquanto o retorno do título de dois anos, em forte alta, girava ao redor de 2,44%.

O payroll mostrou criação de 431 mil empregos nos EUA em março, abaixo das expectativas (490 mil). Em contrapartida, a taxa de desemprego caiu de 3,8% para 3,6%, enquanto o consenso de mercado era de 3,7%. Houve revisão dos números de geração de vagas em fevereiro (de 678 mil para 750 mil) e janeiro (de 481 mil para 504 mil).

Na esteira do payroll, cresceram as apostas em postura mais ativa do Federal Reserve ao longo deste ano. Segundo a plataforma FedWatch do CME Group, a possibilidade de que a taxa básica – hoje entre 0,25% e 0,50% – suba à faixa entre 2,75% a 3,00% até dezembro aumentou de 13% ontem para 29%. É amplamente majoritária a aposta de que o BC americano vai acelerar o passo e elevar a taxa básica em 0,50 ponto percentual em maio.

Por aqui, o mercado deixa de lado, por ora, ruídos políticos e temores de deterioração fiscal, em meio a corte de impostos e à novela em torno do reajuste do funcionalismo público. A paralisação dos servidores do Banco Central não tem influenciado a formação da taxa de câmbio.

Isto é Dinheiro

Isto é Dinheiro

Publicidade Legal

Concessionária Linha Universidade S.A.

Em 22 de dezembro de 2020 através de reunião da assembleia geral extraordinária, a companhia aprovou a conversão das ações para preferências de Classe A e de Classe B, houve a criação do conselho de Administração e eleição de seus membros. Em reunião datada de 30/12/2020 os membros da direção da companhia deliberaram sobre a criação e regulamentação dos órgãos permanentes, compostos pelo conselho administrativo, conselho fiscal e diretoria. Os sócios da concessionária baseados no projeto financeiro, resolveram negociar parte das ações emitidas, trazendo para sua estrutura de capital social as empresas Stoa Metro Brasil e a empresa Socgen Inversões Financeiras que passaram a participar como sócios da companhia, através da transferência de ações da Acciona Concessões e Acciona Construção, o quadro abaixo demonstra a nova composição acionária.

Ações Ordinárias	Partic. (%)	Ações		Integra-lizar
		Ordinárias	Integra-lizadas	
Acciona Construção	43,00%	113.950	59.534	54.416
Socgen Inversões Financeiras	27,65%	73.273	38.281	34.992
STOA Metro Brazil	12,36%	32.754	17.112	15.642
Acciona Concessões	11,99%	31.773	16.600	15.173
Linha Universidade Investimentos	5,00%	13.250	6.923	6.327
Total	100,00%	265.000	138.450	126.550

Ações Preferências Classe A	Partic. (%)	Ações		Integra-lizar
		Ordinárias	Integra-lizadas	
Acciona Construção	43,00%	109.650	-	109.650
Socgen Inversões Financeiras	27,65%	70.508	-	70.508
STOA Metro Brazil	12,36%	31.518	-	31.518
Acciona Concessões	11,99%	30.574	-	30.574
Linha Universidade Investimentos	5,00%	12.750	-	12.750
Total	100,00%	255.000	-	255.000
Capital Consolidado	26,63%	520.000	138.450	381.550

(a) Destinação do resultado: Existe a previsão contratual de destinação de parte dos lucros líquidos apurados no balanço anual, serão deduzidos: (i) 5% antes de qualquer destinação para a constituição da reserva legal até o limite de 20% do capital social; (ii) Conforme estabelecido no estatuto social da empresa a importância para o pagamento do dividendo obrigatório será de, no mínimo, 5% do lucro líquido ajustado. Os lucros remanescentes terão a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral dos acionistas, de acordo com proposta formulada pela diretoria.

Serviços Contratados - Partes Relacionadas (16.539) (4.694)
 Serviços Contratados Assessorias (8.198) (3.920)
 Serviços Operador sistema Metro (7.410) (1.865)
 Serviços de Certificadora (5.607) (677)
 Serviços de Sustentabilidade (1.127) (147)
 Outras (1.091) -
Total - Serviços Contratados (39.972) (11.303)
 Pessoal (10.443) (1.351)
 Administrativas (955) (137)
 Tributárias (1.849) (706)
 Depreciação e Amortização (345) -
Total - Administrativas, tributárias e com pessoal (13.592) (2.194)

13. Resultado financeiro líquido

	2021	2020
Rendimento de Aplicação Financeira (a)	1.625	493
Descontos Obtidos (a)	13	4
Total receitas financeiras	1.637	497
Juros sobre valor empréstimos -Debentures (b)	(100.498)	(18.928)
Juros sobre valor empréstimos -Cessão (b)	(20.037)	(3.873)
Juros sobre valor empréstimos CCBS (b)	(13.288)	(3.011)
Juros sobre valor empréstimos BNDES (b)	(10.577)	(2.355)
Outros valores de Juros e tarifas (9.299) (3)		
Total despesas financeiras (153.699) (28.170)		
Resultado Financeiro líquido (152.062) (27.673)		

(a) Resultado das operações com os recursos que permaneceu investidos em aplicações financeiras. (b) Operação com Contrato de Cessão e empréstimo ponte. As obrigações assumidas estão sujeitas a diferentes taxas de juros em função sobre cada operação e estão descritas na nota explicativa n.9. 14. **Desapropriações** - A Concessionária será responsável pelas comunicações e acompanhamento dos processos de Desapropriações de imóveis previstos no Decreto Estadual no 58.025 de maio de 2012. **Artigo 1º** - A lista dos imóveis alcançados pela desapropriação, descritos nos autos do processo STM-107/2012, necessários para a implantação da Linha 6 - Laranja da Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRÔ. **Artigo 2º** - Fica a Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRÔ autorizada a invocar o caráter de urgência nos processos judiciais de desapropriação. **Artigo 3º** - As despesas com a execução do presente decreto correrá a cargo da Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRÔ. Dessa forma os valores das indenizações são de responsabilidade do Poder Concedente que possui conta bancária específica onde são aportados os valores de indenização aos donos dos imóveis, sendo que a Concessionária não controla esta conta e tem somente acesso para fins de consulta. Prevê ainda a cláusula 37ª do contrato de concessão que se a concessionária, verificar a necessidade de utilização de áreas não contempladas pelo Decreto Estadual e que sejam necessárias à implantação do futuro Terminal de ônibus da Vila Cardoso, bem como à implantação integral da Linha 6, deverá a CONCESSIONÁRIA apresentar ao PODER CONCEDENTE os documentos previstos para imóveis que devam ser desapropriados. A companhia através dos seus assessores jurídicos identificou processos em nome da Move São Paulo, referentes a Desapropriação de imóveis, apresentando histórico de mudança de nome da Move para Linha Uni, porém o contrato de concessão e conjunto com o Decreto Estadual 58.025/2012 prevê as responsabilidades financeiras e o alcance dos processos de desapropriação dos imóveis e a responsabilização do Poder Concedente. Foram identificadas 216 ações referente a processos de IPTU dos imóveis desapropriados, para as quais não é esperado desembolso financeiro pela companhia, portanto, em 31 de dezembro de 2020 e 2021, não há saldos provisionados ou divulgados relacionados as contingências envolvendo a companhia. **15. Cobertura de apólices de seguros** - A companhia contrata coberturas de seguros para mitigar possíveis riscos para os quais possa estar exposta. O contrato de concessão prevê a contratação de seguros para garantir de riscos financeiros do poder concedente, e contratou a apólice nº 50014798 para mitigar os riscos. Através da apólice nº 2500446 a empresa contrata coberturas para mitigar riscos associados ao escritório prédio e ao conteúdo.

Companhia contratada	Tipos de seguros	Importância segurada	Prazo de vigência
Tokio Marine S.A. Nº 06190202088	50% - Potencial	11077 50014798	04/05/2021 a 11/09/2022
Seguradoras S.A - ENDOSSO Nº -50%	Riscos Financeiros	R\$ 649.129.506,93	15/12/2021 a 15/12/2022
Tokio Marine S.A. Nº 2500446	Compreensivo Empresarial	R\$ 3.800.000,00	15/12/2022

16. Eventos subsequentes - Venda de participação societária para sócio investidor - A companhia recebeu no início de janeiro o valor de R\$ 113 milhões do novo sócio Socgen Inversões Financeiras como aporte de capital pela aquisição de participação societária que representa 29,64% do capital social. **Novo aporte de capital social** - A companhia recebeu em março novo aporte do sócio Acciona Construção no valor de R\$ 164 milhões. **Incidente na obra próximo ao VSE Aquinos** - No dia 01 de fevereiro de 2022 houve um incidente com rompimento de uma coladeira de esgoto próximo ao VSE Aquinos, o incidente não causou nenhuma vítima. As equipes da Concessionária Linha Uni, da construtora responsável pelo contrato EPC Acciona Construção e todo seu grupo técnico e de apoio, estiveram no local para apurar todos os fatos e tomar as ações de necessárias para reduzir os impactos na região. O incidente atingiu o VSE Aquinos de forma pontual e isolada, e isso não interfere no avanço das demais frentes de trabalho espalhadas pelos trechos do projeto e por isso a obra segue em execução. Além disso devido à importância e tamanho da obra as empresas envolvidas acionaram suas apólices de seguros vigentes na intenção de cobrir possíveis danos financeiros. Perícias especializadas estão sendo conduzidas lideradas pela Companhia, seguradoras e poder concedente que estudam as possíveis causas do incidente e para esclarecer às autoridades, população em geral e demais envolvidos. **Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.946 proposta pela Procuradoria Geral da República - (PGR)** - A Concessionária com base na Constituição

federal em seu artigo nº 175 e na Lei Geral de Concessões nº 8.987/1995, sobre a inconstitucionalidade da transferência dos contratos de concessão este assunto foi posta em discussão perante o Supremo Tribunal Federal - (STF). Em 08 de Março de 2022 o STF concluiu a votação em plenário virtual em uma votação de 7 votos contra 4 pela improcedência da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2.946 e, portanto, pela constitucionalidade do artigo 27 da Lei 8.987/1995, que permite a venda da concessão sem nova licitação e que era nº 2.946 proposta pela Procuradoria Geral da República - (PGR), versando

A Diretoria
Rogério Rodrigues Ferreira - Contador - CRC 1SP 242.561/O-6

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da Concessionária Linha Universidade S.A. - São Paulo - SP

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Linha Universidade S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Linha Universidade S.A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Fase I de implantação das estações, terminais e sistemas - Chamamos atenção para a nota explicativa nº1, que menciona que o contrato de concessão encontra-se na fase I de construção da infraestrutura de concessão: estações, terminais e sistemas ferroviários. A Companhia conta com recursos provenientes da emissão de debêntures, financiamento e aportes de acionistas e do poder concedente para conclusão dessa fase. Nossa opinião não está ressaltada em relação a este assunto.

Principais assuntos de auditoria - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração dos ativos financeiros da concessão

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 3.3 e 6 das demonstrações financeiras.

Principais assuntos de auditoria

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu R\$ 3.260.924 mil de ativos financeiros de concessão em razão do direito contratual de receber caixa pelos serviços de construção da linha 6 do metrô de São Paulo.

Conforme ICPC 01/OCPC 05 - Contratos de concessão, a Companhia reconhece os gastos com a construção da infraestrutura como um ativo financeiro, uma vez que possui o direito contratual incondicional de receber caixa pelo serviço de construção, e reconhece os demais gastos, que não representam potencial de geração de receita adicional com a infraestrutura, como despesas quando incorridos.

A administração da Companhia exerceu julgamento para determinar quais são os gastos relacionados ao serviço de construção da infraestrutura daqueles que não representam potencial de geração de receita adicional e são reconhecidos como despesa no resultado do exercício. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e o julgamento realizado pela administração para aplicação dessa política contábil que possui efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor - A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório por causa as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 11 de março de 2022.

KPMG KPMG Auditores Independentes Ltda. CRC SP-014428/O-6-F-RJ
 Walter Malvar Leite da Silva Contador CRC RJ-117037/O

Ibovespa sobe 1,31%, a 121,5 mil pontos, e avança 2,09% na semana

Em sessão de abertura de mês espremeida junto ao fim de semana, o Ibovespa subiu um degrau a mais, agora aos 121 mil pontos, marca não vista desde meados de agosto passado. Desde a manhã, a referência da B3 manteve o sinal positivo apesar da cautela em Nova York (que, ao final, virou e fechou em alta) e também no petróleo, em meio à liberação de reservas estratégicas para conter a escalada da commodity. Neste 1º de abril, o Ibovespa subiu 1,31%, aos 121.570,15 pontos, melhor nível de encerramento desde 11 de agosto, então aos 122.056,34

pontos. No intraday, chegou hoje a 121.578,84, o maior patamar desde 12 de agosto (122.095,40), saindo de abertura hoje a 120.001,02, correspondente à mínima da sessão. O giro financeiro ficou em R\$ 32,6 bilhões nesta sexta-feira e, na semana, o índice acumulou alta de 2,09%, o terceiro avanço consecutivo, vindo de ganhos de 3,27% e de 3,22% nos intervalos anteriores. Trata-se da melhor sequência desde os cinco ganhos seguidos observados de janeiro a fevereiro, iniciado com um avanço de 4,10% na primeira semana do ano. O desempenho de Vale

(ON +1,42%) e de empresas de consumo e serviços voltados à economia doméstica, como Méliuz (+9,37%), Cielo (+8,04%), Banco Inter (+7,78%) e Cogna (+7,77%), na ponta do Ibovespa, foram o contraponto ao dia negativo para Petrobras (ON -0,03%, PN -1,32%) e misto para os grandes bancos (Bradesco PN -1,08%, Itaú PN +0,29%). Entre as maiores perdas na sessão, destaque para Suzano (-1,70%), Klabin (-1,62%) e Usiminas (-1,43%). A Agência Internacional de Energia (AIE) informou hoje em comunicado que houve um acordo entre seus 31 membros para uma nova

liberação de reservas de petróleo, "em resposta à turbulência no mercado causada pela invasão russa da Ucrânia". A entidade diz que detalhes sobre essa liberação serão tornados públicos apenas no início da próxima semana. Nesta sexta-feira (1º), a B3 divulgou a primeira prévia, do total de três, para a próxima carteira de ações que irá compor o Ibovespa a partir do dia 2 de maio, com entrada de SLC Agrícola (SLCE3), e nenhuma remoção de nomes, o que elevaria de 92 para 93 papéis a composição da carteira do índice, aponta a XP Investimentos em relatório. O mercado está com ex-

pectativa mais conservadora para o comportamento das ações no curtíssimo prazo, segundo o Termômetro Broadcast Bolsa desta sexta-feira. A percepção de que a próxima semana será de ganhos, porém, continua sendo majoritária entre os participantes. A pesquisa mostra fatia de 46,15% dos que esperam ganhos para o Ibovespa no período entre 4 e 8 de abril, porcentual bem aquém dos 61,54% da semana passada. Os que preveem variação neutra são 30,77% (23,08% na última sondagem), enquanto a parcela que espera queda subiu de 15,38% para 23,08%.

Isto é Dinheiro

Stone Instituição de Pagamentos S.A.

(anteriormente denominada Stone Pagamentos S.A.) CNPJ/MF nº 16.501.555/0001-57

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Stone Instituição de Pagamentos S.A. ("Stone" ou "Companhia") relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **Mensagem da Administração:** Nosso negócio demonstrou forte crescimento no quarto trimestre de 2021. Nosso TPV transacionado cresceu 55% excluindo Coronavoucher, com volume transacionado no nosso core de microempreendedores e PMEs (incluindo offline e online) crescendo 87% comparado ao mesmo período do ano anterior, resultando em ganhos de market share na operação. Além disso, atingimos aproximadamente 1,8 milhões de clientes de pagamentos. O número de contas bancárias digitais ativas cresceu 16% no quarto trimestre de 2021 comparado ao trimestre anterior, atingindo 491.500. Além disso, continuamos aumentando o engajamento com as nossas soluções, com aumento no saldo de depósitos, que atingiu R\$2.0 bilhões e TPV do cartão pré-pago atingindo R\$498,7 milhões, um crescimento próximo a 3x ano contra ano para ambos. Por outro lado, tivemos algumas dificuldades no ano. Pausamos os desembolsos de crédito frente aos problemas com a solução e o mau funcionamento do sistema de registro de recebíveis. Além disso, fomos afetados por um maior CDI, que aumentou nossos custos financeiros à medida que a reprecificação dos nossos clientes iniciou apenas em novembro. Esses efeitos, aliados à manutenção de fortes investimentos na operação, afetaram nossa margem líquida. Nossa visão para 2022 é positiva, com forte crescimento e melhoria de margens. Esperamos continuar crescendo nossa base de clientes micro e PME, expandir nossa solução de banking, e relançar nosso produto de crédito. Acreditamos que estamos bem-posicionados para executar nossas estratégias, e continuar crescendo com melhoria de margens. Continuamos

comprometidos em ajudar nossos lojistas com as diversas necessidades que eles têm, ajudando-os a serem mais produtivos e venderem mais. Nas seções a seguir, fornecemos alguns detalhes sobre a evolução de nossos negócios. **Total de ativos:** Em 31 de dezembro de 2021, os ativos totalizaram R\$ 32.520 milhões, apresentando um aumento de 25,1% em relação ao total de ativos em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 26.004 milhões. Destacamos abaixo as principais movimentações no total de ativos: **• Contas a receber de emissores:** O principal ativo da Stone refere-se a valores a receber de bancos emissores de cartões, decorrente das transações realizadas com cartões de crédito e débito. O saldo das contas a receber de emissores, incluindo aquelas que foram cedidas com retenção de riscos e benefícios, totalizou R\$ 19.285 milhões em 31 de dezembro de 2021, representando um aumento de 19,8% em relação ao saldo de R\$ 16.103 milhões em 31 de dezembro de 2020. O aumento no saldo é reflexo do crescimento do TPV processado pela Companhia durante o exercício de 2021. **• Títulos e valores mobiliários:** O saldo de títulos e valores mobiliários aumentou de R\$ 5.153 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 6.319 milhões em 31 de dezembro de 2021, devido principalmente ao aumento no investimento em cotas do FIDC TAPSO. **• Participações em coligadas e controladas:** O saldo de participações em coligadas e controladas passou de R\$ 2.191 milhões em 31 de dezembro de 2020, para R\$ 3.360 milhões em 31 de dezembro de 2021. Em julho de 2021 a Stone começou a ter como investida a empresa PDCA com uma participação de 100%. **Patrimônio líquido:** Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido totalizou R\$ 1.196 milhões, representando uma diminuição de R\$ 71 milhões em relação ao patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 1.267 milhões. **Resultado:** No exercício

de 2021, a Stone totalizou um prejuízo de R\$ 145 milhões, representando uma redução de R\$ 363 milhões em relação ao lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, no montante R\$ 218 milhões de lucro. Destacamos abaixo os principais impactos no resultado: **• Receitas:** As receitas operacionais, que contemplam serviços de transações de pagamento, aluguel de equipamentos e antecipação de obrigações por transações de pagamento, totalizaram R\$ 2.271 milhões, líquido de impostos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, um aumento de 41,4% em relação ao total de R\$ 1.606 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020. O aumento deve-se basicamente ao crescimento da antecipação de obrigações de transações de pagamento o qual acompanha a elevação da taxa Selic no exercício de 2021. **• Custo dos serviços prestados:** O aumento do custo dos serviços prestados, de R\$ 317 milhões no exercício findo em dezembro de 2020, para R\$ 560 milhões no exercício findo em dezembro de 2021, deve-se principalmente a (i) maiores investimentos em nossas equipes de tecnologia e atendimento ao cliente, (ii) custos de novas soluções de software, e (iii) maiores custos de transação e implantação para suportar nossa operação. **• Despesas de pessoal:** O aumento em despesas de pessoal é dado pelo acréscimo no quadro de funcionários da Stone, reflexo do crescimento da Companhia. **• Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros:** O aumento das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros, de R\$ 275 milhões no exercício findo em dezembro de 2020, para R\$ 910 milhões no exercício findo em dezembro de 2021, deve-se principalmente ao aumento de juros passivos relacionado a cessão de recebíveis.

A Administração

Balancetes Patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2021	31/12/2020	Passivo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		27.419.420	22.957.655	Circulante		30.576.820	24.193.177
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.126.454	1.268.754	Depósitos e demais instrumentos financeiros		30.381.066	23.981.007
Disponibilidades		1.116.296	1.169.424	Depósitos	9	1.485.789	654.699
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	10.158	99.330	Instrumentos financeiros derivativos - passivo	6c	58	2.659
Instrumentos financeiros		26.065.311	21.534.058	Obrigações por empréstimos	17	2.507.635	390.363
Títulos e valores mobiliários	6a	6.318.543	5.153.488	Contas a pagar a estabelecimentos	18	16.054.088	9.229.389
Instrumentos financeiros derivativos	6c	—	172	Obrigações vinculadas a cessão	8	2.327.225	5.163.778
Contas a receber de emissores	7	14.623.500	10.871.442	Obrigações sociais e estatutárias	19a	48.177	172.855
Contas a receber de emissores vinculadas a cessão	8	4.661.058	5.231.865	Outros passivos diversos	19c	7.958.094	8.367.264
Depósitos no Banco Central	9	233.430	123.488	Outras obrigações		195.754	212.170
Rendas a receber	10	124.015	92.337	Provisão para pagamentos a efetuar	19e	167.323	102.843
(-) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa		(36.768)	(28.170)	Impostos e contribuições a recolher	19b	28.431	109.327
Outros ativos diversos	11	141.533	89.436	Não circulante		747.219	543.107
Outros créditos		130.906	108.769	Instrumentos financeiros LP		606.269	404.055
Impostos e contribuições a compensar		70.590	92.946	Obrigações por empréstimos	17	589.345	399.083
Imposto de renda a recuperar		60.316	15.823	Outros passivos diversos	19c	16.924	4.972
Outros valores e bens		96.749	46.074	Outras obrigações		140.950	139.952
Despesas antecipadas	12	96.749	46.074	Provisão para pagamentos a efetuar	19e	27.217	72.714
Não circulante		5.100.705	3.046.117	Obrigações fiscais diferidas	13b	106.771	58.009
Realizável a longo prazo		729.732	191.939	Provisão para contingências	19d	6.962	8.329
Instrumentos financeiros		250.074	46.957	Patrimônio líquido	20	1.196.086	1.267.488
Rendas a receber LP	10	35.317	28.770	Capital social	20a	869.445	869.445
Outros ativos diversos LP	11	214.757	18.187	Reserva de capital	20b	195.212	87.011
Outros créditos		324.095	144.982	Reserva de lucros	20c	250.087	431.202
Ativos fiscais diferidos	13	324.095	144.982	Outros resultados abrangentes	20e	(118.658)	(120.170)
Outros valores e bens		155.563	—	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		32.520.125	26.003.772
Despesas antecipadas	12	155.563	—				
Investimentos	14	3.379.231	2.247.983				
Participações em coligadas e controladas		3.360.462	2.191.209				
Ágio na aquisição de investimentos		18.769	56.774				
Imobilizado de uso	15	832.966	498.750				
Instalações, móveis e equipamentos de uso		1.267.361	756.766				
(-) Depreciação acumulada		(434.395)	(258.016)				
Intangível	16	158.776	107.445				
Ativos intangíveis		237.449	148.191				
(-) Amortização acumulada		(78.673)	(40.746)				
Total do Ativo		32.520.125	26.003.772				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Semestre findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020
Receitas operacionais	21	1.391.162	2.271.065	1.606.287
Receita líquida de serviços de transações de pagamento e outros serviços		615.587	1.171.987	1.019.343
Receita líquida de aluguel de equipamentos		213.013	413.747	310.987
Receita líquida por antecipação de obrigações de transações de pagamento		562.562	685.331	275.957
Resultado bruto da intermediação financeira		(383.307)	(364.618)	98.245
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários		436.846	666.423	412.987
Outras receitas (despesas) operacionais		(1.334.588)	(2.343.014)	(1.503.916)
Custo dos serviços prestados	23	(332.346)	(560.001)	(317.433)
Despesas de pessoal	24	(487.098)	(896.785)	(627.342)
Despesas administrativas	25	(225.751)	(380.212)	(183.943)
Depreciação e amortização	15/16	(147.995)	(270.030)	(189.946)
Despesas de provisões	26	(33.200)	(53.324)	(28.160)
Outras receitas operacionais	27	5.435	14.089	24.584
Outras despesas operacionais	28	(113.633)	(196.751)	(181.676)
Resultado operacional		(326.733)	(436.567)	200.616
Resultado de participação em controladas e coligadas	14	170.793	233.628	198.830
Resultado não operacional	29	(6.864)	(10.491)	(42.466)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(162.804)	(213.430)	356.980
Imposto de renda e contribuição social	13a	109.953	156.848	(27.378)
Provisão para imposto de renda		80.847	115.179	(18.134)
Provisão para contribuição social		29.106	41.669	(9.244)
Participações no lucro		(48.840)	(88.565)	(101.629)
Lucro líquido/prejuízo do período		(101.691)	(145.147)	227.973
Lucro líquido/prejuízo por ação (R\$)		(0,65)	(0,93)	1,46

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Capital social	Reserva de abrangentes	Reserva de capital	Reserva de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		869.445	(118.658)	61.833	261.344	—	1.073.964
Pagamento baseado em ações	20b/31	—	—	23.290	—	—	23.290
Efeito reflexo de pagamento baseado em ações de controladas	20b/14/31	—	—	1.888	—	—	1.888
Perda não realizada de hedge de fluxo de caixa - transação altamente provável, líquida de impostos	6c	—	(1.512)	—	—	—	(1.512)
Variação no ajuste a valor de mercado de controlada		—	1	—	—	—	1
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	227.973	227.973
Destinações do lucro líquido do exercício		—	—	—	—	—	—
Reserva legal	20c	—	—	—	11.399	(11.399)	—
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,3733/ação)	20d	—	—	—	(58.115)	(58.115)	—
Reserva especial de lucros		—	—	158.459	(158.459)	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2020		869.445	(120.170)	87.011	431.202	—	1.267.488
Saldos em 01 de julho de 2021		869.445	(118.658)	131.657	395.234	(43.456)	1.234.222
Pagamento baseado em ações		—	—	59.740	—	59.740	—
Efeito reflexo de pagamento baseado em ações de controladas		—	—	3.815	—	—	3.815
Destinação do prejuízo do 1 semestre		—	—	—	—	(101.691)	(101.691)
Prejuízo do semestre		—	—	—	—	145.147	145.147
Saldos em 31 de dezembro de 2021		869.445	(118.658)	195.212	250.087	—	1.196.086
Saldos em 31 de dezembro de 2020		869.445	(120.170)	87.011	431.202	—	1.267.488
Pagamento baseado em ações	20b/31	—	—	102.902	—	—	102.902
Efeito reflexo de pagamento baseado em ações de controladas	20b/14/31	—	—	5.299	—	—	5.299
Perda não realizada de hedge de fluxo de caixa - transação altamente provável, líquida de impostos	6c	—	1.512	—	—	—	1.512
Dividendos adicionais	20d	—	—	—	(4.746)	—	(4.746)
Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,2006/ação)	20d	—	—	—	(31.222)	—	(31.222)
Prejuízo do exercício		—	—	—	—	(145.147)	(145.147)
Absorção de prejuízos acumulados		—	—	—	—	145.147	(31.222)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		869.445	(118.658)	195.212	250.087	—	1.196.086

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de reais)

1. **Contexto operacional** – A Stone Instituição de Pagamentos S.A. ("Companhia" ou "Stone") com sede em São Paulo, Av. Doutora Ruth Cardoso, 7221, cj. 2101, 20º andar, foi constituída em 4 de dezembro de 2013. A Companhia tem como atividade principal a prestação de serviços para aceitação de cartões de crédito e débito em estabelecimentos comerciais e seu modelo de negócio compreende o credenciamento, instalação e manutenção de terminais eletrônicos para a captura, processamento, transmissão e liquidação financeira das transações com cartões de crédito e débito dos instituidores dos arranjos. A Stone também atua efetuando pré-pagamentos de transações com cartões aos estabelecimentos credenciados sobre transações já capturadas e processadas. A Stone obteve, em 3 de julho de 2017, autorização para atuar como instituição de pagamento em funcionamento na modalidade credenciadora, concedida pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), e em 24 de abril de 2019 recebeu autorização para atuar como emissora de moeda eletrônica. Em decorrência da obtenção dessa autorização, a Companhia passou a adotar procedimentos aplicáveis às instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro ("SPB"), inclusive no tocante à forma de elaboração e divulgação de suas demonstrações financeiras, de acordo com critérios determinados pelo BACEN. Em 04 de dezembro de 2019, após incorporação reversa

da StoneCo Brasil Participações S.A. ("StoneCo Brasil"), a Companhia passou a ser controlada pela DLP Capital LLC, uma holding norte-americana que detém 100% das ações da Companhia, que por sua vez tem como controladora final a StoneCo Ltd. ("Grupo StoneCo" ou "Grupo"), empresa de capital aberto na bolsa de valores NASDAQ sob o código STNE, constituída nas Ilhas Cayman.

2. **Apresentação das demonstrações financeiras** – As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), do BACEN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF"). Em 1º de janeiro de 2021 entrou em vigor a Resolução BCB nº 2/20, que consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições de pagamento. Conforme requerido e permitido pela norma, a Companhia alterou o seu modelo de divulgação de Demonstração do Resultado, tendo refletido nos saldos comparativos as devidas reclassificações. As demais peças contábeis não sofreram alterações significativas. Após análises realizadas,

Demonstrações dos Resultados Abrangentes Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	Semestre findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020
Lucro líquido / (prejuízo) do exercício		(101.691)	(145.147)	227.973
Outros resultados abrangentes		—	1.512	(1.512)
Itens que serão reclassificados para o resultado		—	1.512	(1.512)
Perda não realizada de hedge de fluxo de caixa - transação altamente provável	6c	—	2.291	(2.291)
Efeito tributário sobre item acima		—	(779)	779
Resultado abrangente do período		(101.691)	(143.635)	226.461
Atribuível a:		(101.691)	(143.635)	226.461
A própria instituição		(101.691)	(143.635)	226.461
		(101.691)	(143.635)	226.461

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Semestre findo em 31 de dezembro de 2021 e Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Nota	Semestre findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2020
--	------	------------------------------	-------------------------------	-------------------------------

... continuação

b) **Impostos diferidos:** Os ativos fiscais diferidos e obrigações fiscais diferidas apresentaram as seguintes movimentações no exercício:

	Saldo em 31/12/2020	Movimentação	Saldo em 31/12/2021
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	168.864	(12.225)	156.639
Ágio dedutível	48.901	(2.237)	46.664
Provisão para participações nos lucros	25.913	18.231	44.144
Provisão para pagamento baseado em ações	27.156	(2.237)	24.919
Perdas efetivas	10.850	2.929	13.779
Provisão para perdas esperadas com risco de crédito	9.578	(11.340)	(1.762)
Provisão para contingências	2.832	(465)	2.367
Hedge de fluxo de caixa (a)	779	(779)	0
Demais diferenças temporárias	18.973	16.135	35.108
Ativos fiscais diferidos	144.982	179.113	324.095
Reconhecimento de receita – FIDC (b)	(58.009)	22.611	(35.398)
Hedge de fluxo de caixa (a)	–	(71.373)	(71.373)
Obrigações fiscais diferidas	(58.009)	(48.762)	(106.771)
Impostos diferidos, líquidos	86.973	130.351	217.324
	Saldo em 31/12/2019	Movimentação	Saldo em 31/12/2020
Ágio dedutível	61.127	(12.226)	48.901
Provisão para participações nos lucros	13.933	11.980	25.913
Provisão para pagamento baseado em ações	21.914	5.242	27.156
Perdas efetivas	–	10.850	10.850
Provisão para perdas esperadas com risco de crédito	7.399	2.179	9.578
Provisão para contingências	2.757	75	2.832
Hedge de fluxo de caixa (a)	–	779	779
Demais diferenças temporárias	11.386	7.587	18.973
Ativos fiscais diferidos	118.516	26.466	144.982
Reconhecimento de receita – FIDC (b)	(55.613)	(2.396)	(58.009)
Obrigações fiscais diferidas	(55.613)	(2.396)	(58.009)
Impostos diferidos, líquidos	62.903	24.070	86.973

(a) Os efeitos tributários diferidos gerados pelas transações de hedge de fluxo de caixa estão reconhecidos em outros resultados abrangentes. (b) A Stone é cotista do FIDC TAPSO, um fundo fechado. Para fins de uniformização dos critérios contábeis, a receita do FIDC TAPSO é reconhecida pela Companhia de acordo com os critérios de reconhecimento de antecipação de recebíveis. A realização dos ativos fiscais diferidos está estimada da seguinte forma:

Ano	Valor
2022	96.615
2023	99.225
2024	103.190
2025 a 2028	25.065
Total	324.095

(a) O valor presente estimado dos ativos fiscais diferidos em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 256.671 (R\$135.920 de 31 de dezembro de 2020), descontados à taxa média de captação da Companhia.

14. Investimentos	Participação societária			Ágio sobre	Total
	MNLT	Pagar.me	Stone SCD		
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.355.912	19.979	10.914	–	94.864
Aumento de capital	–	–	60.000	–	60.000
Amortização de ágio	–	–	–	(38.090)	(38.090)
Equivalência patrimonial	191.813	10.896	(3.879)	–	198.830
Reflexo de pagamento baseado em ações	1.237	370	281	–	1.888
Reflexo de ajuste de avaliação patrimonial de títulos	–	–	1	–	1
Distribuição de dividendos	(456.315)	–	–	–	(456.315)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.092.647	31.245	67.317	–	56.774
Redução/Aumento de capital	(700.000)	40.000	430.000	1.133.335	903.335
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC	–	40.000	–	–	40.000
Amortização de ágio	–	–	–	(38.005)	(38.005)
Equivalência patrimonial	127.621	38.661	6.869	60.477	233.628
Reflexo de pagamento baseado em ações	1.977	1.708	257	1.357	5.299

15. Imobilizado de uso	Saldo em 31/12/2019				Adições	Baixas	Transferência (a)	Saldo em 31/12/2020				Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2021
	Pin Pad e POS	Máquinas e aparelhos e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios				Pin Pad e POS	Máquinas e aparelhos e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios			
	489.212	264.028	(61.614)	(35.573)	–	–	–	656.053	524.285	(81.775)	–	1.098.563		
	12.827	5	(71)	–	12.761	2	(950)	12.761	2	(950)	–	11.813		
	27.538	15.736	(593)	–	42.681	26.202	(2.466)	9.221	2.330	(4.667)	–	66.417		
	6.245	2.524	(110)	–	9.221	2.330	–	13.166	12.283	(1.389)	–	11.551		
	2.838	11.380	(38)	(1.014)	3.049	1.213	(467)	3.712	831	–	–	4.543		
	431	2.166	–	452	16.123	30.496	–	3.712	831	–	–	46.619		
	2.832	880	–	–	756.766	597.642	(87.047)	2.832	880	–	–	1.267.361		
	63	16.060	–	(35.573)	(228.852)	(168.844)	16.686	63	16.060	–	–	(381.010)		
Custo	541.986	312.779	(62.426)	(35.573)	756.766	597.642	(87.047)	1.267.361	597.642	(87.047)	–	1.267.361		
Pin Pad e POS	(129.574)	(111.978)	12.700	–	(228.852)	(168.844)	16.686	(129.574)	(111.978)	12.700	–	(381.010)		
Máquinas e aparelhos e equipamentos	(7.642)	(2.881)	13	–	(10.510)	(1.365)	–	(7.642)	(2.881)	13	–	(11.813)		
Equipamentos de informática	(4.681)	(7.493)	162	–	(12.012)	(12.209)	129	(4.681)	(7.493)	162	–	(24.092)		
Móveis e utensílios	(478)	(962)	18	–	(1.422)	(1.033)	–	(478)	(962)	18	–	(2.455)		
Benefícios em propriedades de terceiros	(259)	(738)	15	–	(982)	(3.836)	348	(259)	(738)	15	–	(4.470)		
Instalações	(37)	(190)	–	–	(227)	(362)	82	(37)	(190)	–	–	(507)		
Equipamentos de telefonia	(666)	(1.935)	–	–	(2.601)	(1.575)	10	(666)	(1.935)	–	–	(4.166)		
Veículos e aeronave	(57)	(1.353)	–	–	(1.410)	(4.410)	–	(57)	(1.353)	–	–	(5.820)		
Depreciação acumulada	(143.394)	(127.530)	12.908	(35.573)	(258.016)	(193.634)	17.255	(143.394)	(127.530)	12.908	(35.573)	(434.395)		
Imobilizado de uso	398.592	185.249	(49.518)	(35.573)	498.750	404.008	(69.792)	824.967	470.112	(74.789)	–	832.966		

(a) No segundo trimestre de 2020, a Companhia passou a registrar ativos fiscais diferidos de PIS e COFINS no momento da aquisição dos Pin Pad e POS, conforme legislação tributária brasileira. Anteriormente, o crédito era tomado em função da depreciação do ativo. Assim, o crédito tributário residual sobre ativos em operação foi reclassificado para a conta de impostos a recuperar no balanço patrimonial, sem impacto no resultado. Novas aquisições serão adicionadas ao imobilizado pelo valor líquido de ativos fiscais diferidos, que serão registrados na demonstração do resultado em linha com a depreciação do ativo. (a)

16. Intangível	Saldo em 31/12/2019				Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2021
	Software	Licenças de uso de bandeiras	Marcas e patentes	Direito sobre contrato de representação						
	84.858	64.480	(7.567)	–	141.771	119.437	(30.179)	–	–	231.029
	5.674	–	–	–	5.674	–	–	–	–	5.674
	27	–	(7)	–	20	–	–	–	–	20
	–	726	–	–	726	–	–	–	–	726
Custo	90.559	65.206	(7.574)	(7.567)	148.191	119.437	(30.179)	(7.567)	(7,567)	237.449
Software	(13.617)	(22.779)	463	–	(35.933)	(37.134)	464	–	–	(72.603)
Licenças de uso de bandeiras	(3.265)	(861)	–	–	(4.126)	(1.216)	–	–	–	(5.342)
Marcas e patentes	(1)	–	–	–	(1)	(1)	–	–	–	(2)
Direito sobre contrato de representação	–	(686)	–	–	(686)	(40)	–	–	–	(726)
Amortização acumulada	(16.883)	(24.326)	463	(7,567)	(40.746)	(38.391)	464	(7,567)	(7,567)	(78.673)
Intangível	73.676	40.880	(8.037)	(7,567)	107.445	81.046	(29.715)	(7,567)	(7,567)	158.776

17. Obrigações por empréstimos	Saldo em 31/12/2020				Captações	Pagamentos	Juros incorridos	Saldo em 31/12/2021
	Empréstimos (a)	Debêntures (b)	Empréstimos (a)	Debêntures (b)				
	390.363	399.083	–	–	9.222.986	(7.017.172)	101.082	2.697.259
	399.083	–	–	–	(17.597)	(17.597)	18.235	399.721
	789.446	399.083	–	–	9.222.986	(7.034.769)	119.317	3.096.980
Circulante	390.363	–	–	–	–	–	–	2.507.635
Não circulante	399.083	–	–	–	–	–	–	589.345
Saldo em 31/12/2019	1.777.097	397.729	–	–	2.960.000	(4.367.468)	20.734	390.363
Empréstimos	–	–	–	–	–	(14.076)	15.430	399.083
Debêntures	–	–	–	–	–	–	–	789.446
Saldo em 31/12/2020	1.777.097	397.729	–	–	2.960.000	(4.381.544)	36.164	789.446

(a) **Empréstimos em moeda nacional:** No exercício de 2021, foram emitidas um montante de R\$ 9.222.986 (R\$ 2.960.000 em 31 de dezembro de 2020) de novas CCBs, dos quais R\$ 2.697.259 (R\$ 390.363 em 31 de dezembro de 2020) estavam em aberto em 31 de dezembro de 2021, com vencimento até outubro de 2021 (março de 2021 – 31 de dezembro 2020) e juros remuneratórios na faixa de CDI + 0,68% a CDI + 1,20% a.a para os exercícios de 2021 e 2020. Os recursos desses empréstimos foram utilizados principalmente na antecipação de recebíveis. (b) **Debêntures privadas:** Em 12 de junho de 2019, a Companhia realizou a primeira emissão de debêntures simples, em série única, da espécie com garantia real, não conversíveis em ações, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. A emissão totalizou o montante de R\$ 400.000 e estabelece como data de vencimento o dia 01 de julho de 2022. A remuneração das debêntures contempla juros remuneratórios contratuais baseados na variação percentual acumulada de 101,40% da taxa média diária do DI. Os juros remuneratórios são pagos mensalmente a partir da data de emissão.

14. Investimentos	Participação societária			Ágio sobre	Total
	MNLT	Pagar.me	Stone SCD		
Distribuição de dividendos (Nota 30)	(1.212)	(11.769)	(28)	–	(13.009)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.521.033	139.845	504.415	1.195.169	18.769

MNLT Soluções de Pagamento S.A. ("MNLT"): Em 22 de abril de 2016, a Stone adquiriu 100% do capital da MNLT, naquela data denominada Elavon do Brasil Soluções de Pagamentos S.A., uma empresa de soluções de pagamento formada em 2012 como uma *joint venture* entre Elavon Inc., subsidiária da U.S. Bankcorp, e o Citibank, subsidiária do Citigroup. A MNLT possuía autorização para operar com bandeiras de aceitação internacional como Visa, Mastercard, Dinners e Discover. Além disso a MNLT também estava autorizada a operar as bandeiras de pagamentos de benefícios VR e Ticket. O montante pago pela aquisição de 100% da MNLT foi de R\$ 1,00 (um real). O patrimônio líquido negativo da MNLT na data da aquisição era R\$ 188.918, o que gerou um ágio na aquisição do investimento. Em 30 de abril de 2019, a MNLT recebeu aumento de capital no valor de R\$ 8.500, totalmente subscrito e integralizado. Em AGE aprovada 01 de julho de 2021, a Companhia reduziu capital em R\$ 700.000, passando a ter um capital social de R\$ 1.324.653, sem o cancelamento de ações. A MNLT S.A. fez abertura do seu capital em 11 de fevereiro de 2022 na categoria de registro "B" na comissão de valores mobiliários (CVM). **Pagar.me Pagamentos S.A. ("Pagar.me"):** Em decorrência da incorporação da parcela residual da StoneCo Brasil, em 4 de dezembro de 2019, a Stone passou a ser detentora de 100% das ações ordinárias da Pagar.me, empresa constituída em julho de 2013, tendo como principal objeto a prestação de serviços de tecnologia em gestão de pagamento. Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 29 de junho de 2021, foi aprovado aumento de capital da Pagar.me no valor total de R\$ 40.000.000, mediante a emissão de 40.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado, é de R\$ 52.275.858,11 (cinquenta e dois milhões, duzentos e setenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e oito reais e onze centavos), dividido em 40.002.500 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Stone SCD"):** Em 22 de julho de 2019, o BACEN autorizou o funcionamento da empresa Stone SCD, enquadrada no Segmento S5, uma instituição financeira que tem por objeto a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios exclusivamente por meio de plataforma eletrônica, com utilização de recursos financeiros que tenham como única origem capital próprio. Além desses, a Stone SCD pode prestar apenas os seguintes serviços: (i) análise e cobrança de crédito para terceiros; (ii) atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações realizadas; e (iii) emissão de moeda eletrônica. Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 29 de novembro de 2019, foi aprovado aumento de capital da Stone SCD no valor total de R\$ 20.000, mediante a emissão de 20.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações foram integralizadas pela Stone, em moeda corrente nacional, da seguinte forma: (i) R\$ 10.000 foram integralizados na data da AGE; e (ii) R\$ 10.000 foram integralizados em 07 de abril de 2020. O aumento de capital foi homologado pelo BACEN em 7 de janeiro de 2020. Em AGE realizada em 14 de outubro de 2020, foi aprovado aumento de capital da Stone SCD no valor total de R\$ 100.000, mediante a emissão de 100.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações foram integralizadas pela Stone, em moeda corrente nacional, da seguinte forma: (i) R\$ 50.000 foram integralizados na data da AGE; e (ii) R\$ 50.000 a ser integralizado. Em 9 de junho de 2021 a Companhia recebeu a autorização do BACEN para o aumento de capital, aprovado em AGE realizada em 4 de junho de 2021, no valor total de R\$ 80.000, mediante a emissão de 80.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações foram integralizadas pela Stone na data da AGE. Em 14 de junho de 2021 a Companhia recebeu a autorização do BACEN para o aumento de capital, aprovado em AGE realizada em 9 de junho de 2021, no valor total de R\$ 300.000, mediante a emissão de 300.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações foram integralizadas pela Stone na data da AGE. Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia, é representado por 501.000.000 ações ordinárias, em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor total de R\$ 501.000 totalmente subscrito e integralizado. **PDCA: A PDCA S.A. ("Companhia" ou "PDCA"),** constituída em 20 de agosto de 2019, empresa controlada pela Stone Instituição de Pagamentos S.A. ("Stone") e em última instância pela StoneCo Ltd ("StoneCo"). Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 31 de dezembro de 2021, foi aprovado aumento de capital da PDCA no valor total de R\$ 132.400, mediante a emissão de 132.400.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. As novas ações foram integralizadas pela Stone Instituição de Pagamento, em moeda corrente nacional. Conforme contrato de compra e venda a Stone Instituição de Pagamento pagou o valor de R\$ 995.723 no mês de Julho de 2021, com um complemento de R\$ 5.213 para as empresas vendedoras STNE Participações S.A. e StoneCo Ltd., totalizando um valor de R\$ 1.000.935.

	31/12/2021	31/12/2020
c) Outros passivos diversos	7.318.468	7.962.429
Contas a pagar ao FIDC TAPSO	495.618	315.458
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 30)	160.933	94.349
Outros	7.975.017	8.372.236
Circulante	7.958.095	8.367.264
Não circulante	16.924	4.972
d) Provisão para Contingências		

... continuação		Stone Instituição de Pagamentos S.A.	
	31/12/2021	31/12/2020	
Transportes	46.503	23.489	
Outros (a)	122.815	38.686	
	560.001	317.433	
(a) Referem-se principalmente a gastos diretamente atribuíveis ao funcionamento de Pin Pad e POS, tais como bobinas, acessórios, armazenagem e etc.			
24. Despesas de pessoal			
	31/12/2021	31/12/2020	
Salários e proventos	577.405	424.393	
Encargos sociais	176.462	117.280	
Benefícios	136.067	80.475	
Treinamentos	6.851	5.194	
	896.785	627.342	
25. Despesas administrativas			
	31/12/2021	31/12/2020	
Publicidade, promoções e relações públicas	120.520	39.469	
Serviços técnicos especializados	63.735	42.123	
Despesas tributárias (a)	38.386	23.820	
Aluguéis	34.163	17.922	
Viagens	33.532	13.546	
Processamento de dados	39.886	13.437	
Comunicações	11.550	6.773	
Eventos internos	9.744	3.409	
Transportes	5.316	3.829	
Despesas de Seguros	3.952	2.947	
Manutenção e conservação de bens	3.309	1.361	
Serviços de vigilância e segurança	3.228	2.409	
Serviços do sistema financeiro	2.572	1.064	
Material	2.113	1.464	
Água, energia e gás	1.114	1.993	
Outros	7.092	8.377	
Total	380.212	183.943	
(a) Referem-se principalmente a despesas de PIS e COFINS incidentes sobre resultado de aplicações financeiras de liquidez e títulos e valores mobiliários.			
26. Despesas de provisões			
	31/12/2021	31/12/2020	
Provisão para perdas operacionais	44.938	24.907	
Provisão para contingências	8.386	3.253	
	53.324	28.160	
27. Outras receitas operacionais			
	31/12/2021	31/12/2020	
Recuperação de perdas operacionais	10.581	15.589	
Variação monetária ativa	-	2.078	
Variação cambial ativa	1.334	3.595	
Descontos obtidos	2.174	3.322	
	14.089	24.584	
28. Outras despesas operacionais			
	31/12/2021	31/12/2020	
Perdas operacionais (a)	107.707	90.941	
Despesas de comissões com parceiros	83.298	48.949	
Variação monetária passiva	2.169	1.186	
Variação cambial passiva	-	2.625	
Outras despesas operacionais	3.577	37.975	
	196.751	181.676	
(a) Refere-se principalmente a valores de perdas com interchange e mdr negativo, perdas com mensalidade de POS, perdas de PIX, perdas de MDR de aquisição e fraudes.			
29. Resultado não operacional – Os valores reconhecidos como resultado não operacional são decorrentes principalmente ao custo de alienação de ativos, doações e patrocínios. O resultado líquido no exercício findo em 31 de dezembro 2021 foi de R\$ 10.491 (negativo em R\$ (42.466), no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).			
30. Transações com partes relacionadas – As partes relacionadas compreendem as empresas controladas do grupo, acionistas, pessoal-chave da administração e quaisquer negócios que são controlados, direta ou indiretamente, pelos acionistas e conselheiros sobre os quais exercem influência significativa.			
Ativos			
	31/12/2021	31/12/2020	
PDCA S.A. (controlador final comum)	186.895	1.121	
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. (controlador final comum)	15.342	47	
STNE Participações S.A. (controlador direto comum)	5.429	-	
Pagar.me Pagamentos S.A. (controlada)	1.973	175	
Cappta S.A. (controlador final comum)	609	161	
Stone Logística Ltda. (controlador direto comum)	494	2.341	
DLP Capital LLC	261	-	
Vitta Tecnologia em Saúde S.A. (controlador final comum)	1	850	
BUY4 Sub LLC (controlador final comum)	-	1.697	
Mundipagg Tecnologia em Pagamentos S.A. (controlador final comum)	-	282	
Stone Franchising Ltda. (controlador final comum)	-	14	
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 11)	211.004	6.688	
Ativos			
	31/12/2021	31/12/2020	
Pagar.me Pagamentos S.A. (controlada)	9.182	-	
MNLT Soluções de Pagamento S.A. (controlada)	1.212	33.746	
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	28	-	
Dividendos a receber (Nota 11)	10.422	33.746	
Passivos			
	31/12/2021	31/12/2020	
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	(482.181)	(192)	
Equals S.A. (controlador final comum)	(3.233)	(2.418)	
Linx Pay Meios de Pagamentos Ltda.	(3.179)	-	
BUY4 Processamento de Pagamentos S.A. (controlador final comum)	(2.382)	(9.615)	
Linx Sistemas e Consultoria Ltda.	(1.538)	-	
MNLT Soluções de Pagamentos S.A.	(1.374)	(745)	
Collact Serviços Digitais S.A.	(986)	-	
Stone Franchising Ltda. (controlador final comum)	(738)	-	
Vitta Serviços em Saúde LTDA. (controlador final comum)	(7)	-	
StoneCo Ltd. (controlador final)	-	(34)	
STNE Participações S.A. (controlador direto comum)	-	(302.454)	
Valores a pagar a sociedades ligadas (Nota 19c)	(495.618)	(315.458)	
Pagar.me Pagamentos S.A. (controlada)	(1.927.057)	(1.490.815)	
Contas a pagar a estabelecimentos	(1.927.057)	(1.490.815)	
Pagar.me Pagamentos S.A. (controlada)	(9.149)	(6.636)	
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. (controlada)	(4.292)	(68.853)	
Cappta S.A. (controlador final comum)	(2.001)	309	
Stone Franchising Ltda. (controlador final comum)	(46)	-	
VHSYS Sistema de Gestão S.A. (pessoal chave da administração comum)	(2)	-	
Stone Seguros S.A. (controlador final comum)	-	(1.000)	
Depósitos	(15.490)	(76.180)	
Receitas	31/12/2021	31/12/2020	
Pagar.me Pagamentos S.A. (controlada)	186.417	23.740	
VCK Investment Fund Ltd.	10	-	
Cappta S.A. (controlador final comum)	8	-	
Total	186.435	23.740	

contingência. Para mitigação do risco de crédito de emissores, a Stone realiza operações de cessão de direitos creditórios, sem direito de regresso, junto a bancos cessionários com quem o Grupo tenha convênio, FIDCs e demais instrumentos financeiros. • **Subcredenciadores:** a área de Risco Transaccional monitora periodicamente a exposição ao risco de crédito junto a cada subcredenciador, classificando-os em três grupos, conforme a relevância do volume total de pagamentos ("TPV") e grau de utilização do produto de antecipação de recebíveis. Também são analisados os percentuais de *chargeback* e cancelamento. São realizadas análises dos vencimentos da carteira nas operações de antecipação de recebíveis e pela comparação entre o limite de antecipação (percentual máximo antecipável) e o valor efetivamente antecipado. São criados alertas para variações relevantes no volume antecipado e nos vencimentos da carteira, em comparação com o mês anterior analisados e informados em relatórios periódicos. A mitigação do risco de crédito de subcredenciadores é feita através de garantias concedidas na forma de depósito ou instrumentos financeiros similares, redução parcial ou total no volume de antecipação de recebíveis (caso este ultrapasse o limite definido pelo Grupo), bem como da identificação de deterioração na qualidade de crédito pela área de Risco Transaccional. Adicionalmente, a Stone tem a prerrogativa contratual de auditar os subcredenciadores para assegurar que os dados financeiros reportados ao Grupo são válidos e íntegros, e que os montantes recebidos do Grupo são devidamente repassados aos usuários finais recebedores. • **Demais riscos de crédito:** a identificação dos demais riscos de crédito é realizada pelas áreas de Tesouraria e Risco Transaccional por meio da participação no fluxo de criação de novos produtos. A identificação visa assegurar e identificar quais novas operações podem gerar algum tipo de risco de crédito, que deverá ser monitorado. São monitoradas situações de "agenda negativa" em que o volume de *chargeback* e/ou cancelamento ultrapassa o total de direitos creditórios devidos pelo Grupo ao estabelecimento comercial, para que esses casos passem a integrar o cálculo de provisão de risco de crédito, e a área de Cobrança possa atuar de forma ativa junto aos usuários finais recebedores para sua recuperação. Como forma de mitigação, a equipe de Risco Transaccional acompanha tais situações e avalia os casos em que é viável solicitar ao instituidor do arranjo a reversão do *chargeback*. d) **Gerenciamento de capital:** a Companhia possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido por ela, seguindo os requerimentos da Circular BCB nº 3.681/13. A Companhia mantém patrimônio líquido mínimo, nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN. A Companhia mantém recursos líquidos correspondentes aos saldos de moedas eletrônicas mantidas em contas de pagamento, acrescidos dos saldos em trânsito entre contas de pagamento e dos valores recebidos pela instituição ainda não disponibilizados para livre movimentação pelo usuário final. e) **Risco operacional:** é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas, conforme eventos descritos na Circular BCB nº 3.681/13. O Grupo gerencia os riscos operacionais inerentes aos seus negócios, com grande número de operações diárias e dependente de sistemas, de processamento de dados e de tecnologia da informação. O Grupo realiza o gerenciamento de riscos da operação, usando tecnologia avançada para acessar, planejar e implementar estratégias que minimizem riscos potenciais e adversos, que possam afetar as nossas operações. O Grupo utiliza um sistema antifraude no monitoramento das transações efetuadas com cartões de pagamento, que aponta e identifica transações suspeitas de fraude no momento da autorização e envia um alerta ao banco emissor do cartão para que este contate o portador do cartão. Os eventos de riscos operacionais também incluem: a) fraudes internas; b) fraudes externas; c) demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; e) práticas inadequadas relativas a clientes produtos e serviços; e) danos a ativos físicos próprios ou em uso pela instituição; f) situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição; g) falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e h) falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da instituição. f) **Risco cibernético:** é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de incidentes cibernéticos ou relacionados ao ambiente cibernético, que: • Produz efeito adverso ou representa ameaça aos sistemas de tecnologia da informação (TI) ou à informação que esses sistemas processam, armazenam ou transmitem; ou • Infringe políticas ou procedimentos de segurança referentes aos sistemas de TI. O Grupo gerencia os riscos cibernéticos inerentes aos seus negócios como um tópico especial de riscos operacionais, utilizando tecnologia avançada e processos estabelecidos para identificar e proteger seu ambiente, detectar e responder a ameaças e incidentes, e recuperar suas operações em cenários adversos. O Grupo possui ainda políticas e procedimentos para mitigação dos riscos de segurança cibernética, assegurando a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados e dos sistemas de informação utilizados, e conta com equipes treinadas e dedicadas para mitigação de riscos de segurança cibernética, monitoramento do ambiente informacional, gestão de fornecedores críticos de tecnologia, continuidade de negócios e gestão de incidentes e de vulnerabilidades, seguindo os requerimentos da Resolução BCB nº 85/21. g) **Conformidade:** o time de Compliance conduz procedimentos relacionados ao gerenciamento do Risco de Conformidade de acordo com as definições e as orientações contidas na Política de Conformidade fundamentada nos requisitos da Resolução do CMN nº 4.595/17 e Circular BCB nº 3.865/17. Neste contexto, o time monitora a aderência da instituição ao arcabouço legal, à regulamentação infralegal, às recomendações dos órgãos de supervisão, aos códigos de ética e de conduta e às políticas internas. Não obstante, acompanha e monitora a resolução de eventuais descumprimentos legais e regulamentares apontados pela auditoria independente. O time de Compliance é também responsável pelo Programa de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo da Stone Instituição de Pagamento nos termos da Resolução nº 29/17 do Conselho de Controle de Atividades Financeiras ("COAF") e Circular BCB nº 3.978/20. h) **Controles Internos:** o time de Controles Internos tem como objetivo assegurar a confiabilidade e integridade da informação, a conformidade com políticas, planos, procedimentos, leis, regulamentações e contratos, a salvaguarda do patrimônio, o uso econômico e eficiente de recursos e o cumprimento de objetivos e metas da Companhia, conforme Circular BCB nº 3.681/13 e Resolução CMN nº 4.968/21. As principais atividades de controles internos são: • Avaliar e monitorar a qualidade e efetividade do ambiente de controle para controlar e/ou mitigar os eventos de risco operacional, com periodicidade mínima anual, de forma a certificar o cumprimento dos controles estabelecidos; • Garantir revisão e atualização periódicas dos controles internos, de forma que sejam a eles incorporadas medidas relacionadas a eventos de risco operacional novos ou anteriormente não abordados; • Acompanhar o endereçamento dos apontamentos levantados pelas auditorias; e • Reportar deficiências de controle relevantes associados, com periodicidade mínima anual, referente aos processos avaliados. i) **Limites Operacionais:** Nos termos do art. 9º da Circular nº 3.681/13, as instituições emissoras ou credenciadoras de instrumento de pagamento pós-pago devem manter, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, 2% (dois por cento) do valor médio mensal das transações de pagamento executadas pela instituição nos últimos 12 (doze) meses. Nos termos do art. 10º do mesmo normativo, as instituições de pagamento emissoras de moeda eletrônica devem manter, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado correspondente a, no mínimo, o maior valor entre 2% (dois por cento) da média mensal das transações de pagamento executadas pela instituição nos últimos 12 (doze) meses ou do saldo das moedas eletrônicas por elas emitidas, apurado diariamente. A atuação da Stone IP abrange as modalidades de credenciadora e de emissora de moeda eletrônica, conforme definições constantes no art. 3º, III da Resolução BCB nº 80. O patrimônio líquido da Stone IP é de R\$ 1.196.086, superior, portanto, a 2% do valor médio mensal das transações de pagamento executadas pela instituição nos últimos 12 (doze) meses, que corresponde a R\$ 462.571.

33. Eventos Subsequentes – Em 01 de janeiro 2022, a empresa Collact Serviços Digitais S.A. foi incorporada pela Companhia. A transação não resultará em aumento de capital da Stone e sim troca de ações de emissão da Collact pelas ações da Stone, tendo em vista que a Stone é titular das totalidades das ações de emissão da Collact, conforme acordado entre partes envolvidas. A Collact Serviços Digitais S.A. ("Collact") possuía registrado em seu patrimônio líquido, na reserva de capital, o montante de R\$ 2.940.

A Diretoria
Carlos Eduardo Mansuelli Fomereto – Contador CRC 1SP 266.728/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

À Diretoria e Conselho de Administração da Stone Instituição de Pagamentos S.A. – São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Stone Instituição de Pagamentos S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Stone Instituição de Pagamentos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Processo de**

reconhecimento das receitas operacionais: Conforme divulgado na nota explicativa nº 3(o), as principais receitas operacionais da Companhia são decorrentes, principalmente: (i) da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, as quais são apropriadas no resultado da Companhia, líquidas de taxas de repasse aos bancos emissores e às bandeiras, na data do processamento das transações, (ii) das rendas de aluguel de equipamentos, representadas pelo montante recebidos dos estabelecimentos credenciados ao sistema da Companhia, a título de aluguel, pela disponibilização dos equipamentos de captura das transações com cartões e (iii) das rendas com as antecipações de recebíveis aos estabelecimentos credenciados, mensuradas pela diferença entre o valor original a pagar e o valor efetivamente antecipado. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de contas a receber de emissões de cartões e a receita líquida de serviços de transações de pagamentos e outros serviços totalizaram R\$ 14.623.500 mil e R\$ 1.171.987 mil, respectivamente, a receita de serviços de assinatura e atividades de aluguel totalizaram R\$ 413.747 mil e a receita líquida por antecipações de obrigações de transações de pagamentos totalizaram R\$ 685.331 mil. Em razão da relevância do processo de

continua...

... continuação

Stone Instituição de Pagamentos S.A.

captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações, bem como dos valores envolvidos, consideramos essa área como principal assunto de auditoria. Como nossa auditoria conduziu o assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, os seguintes procedimentos: (i) testes documentais relacionados ao processo de registro e monitoramento dos saldos de balanços patrimoniais e de resultado relacionados às transações incorridas (captura, autorização, processamento, serviços de liquidação fornecidos pelas redes do sistema de pagamento e emissores de cartões, pré-pagamentos ao clientes de seus recebíveis parcelados e do resultado apurado com as antecipações de recebíveis aos estabelecimentos credenciados) levando em consideração aspectos de relevância e imprevisibilidade em nossa amostragem; (ii) testes de valorização do montante da receita a ser reconhecida como um percentual do valor total da transação; (iii) testes documentais relacionados ao processo de registro da receita de aluguel de equipamentos (valorização, liquidação e contabilização); e (iv) a avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras, incluídas nas notas explicativas nº 7 e 21. Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o processo de reconhecimento das receitas operacionais, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como a respectiva divulgação das notas explicativas nº 7 e 21, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor: A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas

contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulga-

ções feitas pela diretoria. Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 01 de abril de 2022.

Ernst & Young Auditores Independentes S.S.

CRC 2SP 034.519/O-6

Wanderley Fernandes de Carvalho Neto

Contador - CRC 1SP 300.534/O-8



Bolsas de NY fecham em alta, em sessão volátil, com payroll e guerra da Ucrânia

As bolsas de Nova York fecharam em alta nesta sexta, 1º, em uma sessão volátil, na qual o payroll de março nos Estados Unidos ter apresentando uma queda no desemprego no país e avanço nas contratações. Além disso, as tensões pela guerra na Ucrânia seguiram observadas, enquanto consumidores buscam alternativas para reduzir os preços do petróleo, um dos grandes responsáveis pela alta da inflação, e que foram impulsionados pelo conflito. Na comparação semanal, os índices não tiveram

sinal único.

O índice Dow Jones fechou em alta de 0,40%, em 34.818,27 pontos, o S&P 500 subiu 0,34%, para 4.545,86 pontos, e o Nasdaq avançou 0,29%, a 14.261,50 pontos. Na semana, houve queda de 0,12% e altas de 0,06% e 0,65%, respectivamente.

Na avaliação de Edward Moya, analista da Oanda, as ações dos EUA tiveram um início de trimestre “sem brilho” após um impressionante relatório de folha de pagamento não-agrícola e um relatório da indústria do Instituto para Gestão da Oferta

(ISM) suave. O payroll de março apresentou criação de 431 mil vagas e recuo na taxa de desemprego, a 3,6%. Já o índice de gerentes de compras (PMI, na sigla em inglês) industrial medido pelo ISM recuou de 58,6 em fevereiro a 57,1 em março. Analistas previam alta a 59,0.

Sobre o payroll, a Capital Economics acredita que o indicador é mais um sinal de que a economia mostra bastante impulso, mas houve também sinalizações de que a força de trabalho avança mais rápido, o que pode significar que o crescimento no salário

pode ter atingido seu pico. Nesse quadro, a consultoria acredita que o Federal Reserve (Fed) terá menor pressão para fazer um ciclo agressivo de aperto monetário. Para Moya, o ISM mostrou que a inflação está ficando pior e a atividade está diminuindo à medida que os problemas da cadeia de suprimentos persistem. “As pressões inflacionárias podem em breve levar à destruição da demanda, então pode ser difícil ver as ações otimistas conforme o consumidor dos EUA começa a drenar suas economias”, avalia.

No campo da guerra, um suposto ataque ucraniano a um depósito de combustíveis em território russo pode dificultar as negociações. Após os EUA anunciarem liberação de 1 milhão de barris por dia (bpd) de suas reservas por seis meses, a Agência Internacional de Energia (AIE) informou que houve um acordo entre seus 31 membros para uma nova liberação de reservas de petróleo. Petroleiras tiveram uma sessão de alta, incluindo Occidental Petroleum (+2,40%), Chevron (+0,85%) e ExxonMobil (+0,64%).

Isto é Dinheiro

Moedas: índice DXY do dólar avança, apoiado por payroll e pela postura do Fed

O índice DXY, que mede o dólar ante uma cesta de moedas fortes, subiu hoje. Investidores continuaram a monitorar a operação militar da Rússia na Ucrânia, mas a divisa dos EUA foi apoiada pela geração de vagas nos Estados Unidos e pelas implicações disso para a postura do Federal Reserve (Fed), o banco central americano.

No fim da tarde em Nova York, o dólar avançava a

122,52 ienes, o euro caía a US\$ 1,1047 e a libra tinha baixa a US\$ 1,3111. O DXY registrou alta de 0,33%, a 98,632 pontos. Na comparação semanal, o DXY caiu 0,16%.

O índice do dólar já subia no início do dia, ampliando os ganhos da sessão anterior. Notícias sobre negociações entre russos e ucranianos estiveram em foco, mas também continuou a haver certo ceticismo sobre a chance de um fim próximo no confli-

to. O rublo continuava a ser monitorado, mas recuou após ganhos recentes. No horário citado, o dólar avançava a 85,910 rublos.

Na agenda de indicadores, os EUA criaram 431 mil empregos em março, um pouco abaixo da previsão de 490 mil postos, mas com revisão em alta nos números de janeiro e fevereiro. Além disso, a taxa de desemprego recuou a 3,6%, ante expectativa de 3,7%. Segundo vários analistas, o dado reforçou apos-

tas de elevação de juros em 50 pontos-base no início de maio pelo Fed.

Entre os dirigentes do banco central americano, Charles Evans (Chicago) projetou sete elevações de 25 pontos-base neste ano, mas disse que pode sim haver um argumento para uma alta de 50 pontos-base na próxima reunião.

Na Europa, o euro ampliou perdas frente ao dólar, após o índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em

inglês) da zona do euro registrar alta de 7,5% em março, na comparação anual, em nível recorde e acima do esperado por analistas. Entre os dirigentes do Banco Central Europeu (BCE), Klaas Knot não descartou alta de juros ainda neste ano, talvez já em setembro, e o economista-chefe, Philip Lane, considerou que pode ser necessário rever a política atual, diante do quadro na inflação.

Isto é Dinheiro

Bolsas da Europa fecham em alta de olho em Ucrânia, apesar de inflação recorde

A maioria das bolsas europeias fechou em alta nesta sexta-feira, 1º, ainda monitorando as negociações de paz entre Rússia e Ucrânia. O movimento se deu apesar da divulgação do índice de preços ao consumidor (CPI, na sigla em inglês) em nível recorde na zona do

euro. Ações de bancos e ligadas a commodities apoiaram a alta.

A Eurostat informou que a taxa anual do CPI subiu a 7,5% em março, na máxima histórica, de acordo com dados preliminares. O resultado ficou acima da previsão de analistas. Na análise da Capital Markets, o Banco Central

Europeu (BCE) “não deve demorar” a elevar os juros básicos para controlar os preços. O economista-chefe da instituição, Philip Lane, disse hoje que será necessário repensar a postura da autoridade monetária em meio à inflação “muito alta” na região.

Ainda assim, o Stoxx 600 fechou com alta de 0,54%, a

458,34 pontos, nesta sessão e acumulou ganho semanal de 1,06%. O índice foi acompanhado pelo londrino FTSE 100, que subiu 0,30% hoje e 0,73% na semana, a 7.537,90 pontos. Na Bolsa de Londres, ações no setor de commodities avançaram, com Anglo American (+2,44%), Rio Tinto (+2,37%) e Glencore

(+1,53%) no azul, por exemplo.

Entre outros indicadores, o índice de gerentes de compras (PMI, na sigla em inglês) industrial da zona do euro caiu ao menor nível em 14 meses. O mesmo dado também teve queda na Alemanha e no Reino Unido.

Isto é Dinheiro

Negócios

Indústria brasileira volta a crescer em março pela 1ª vez desde outubro, mostra PMI



A indústria brasileira voltou a registrar crescimento em março pela primeira vez em cinco meses diante da recuperação das novas encomendas e da produção, embora a confiança empresarial tenha enfraquecido para uma mínima desde outubro com a guerra na Ucrânia, apontou a pesquisa Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês) da S&P Global.

O PMI da indústria brasileira subiu a 52,3 em março, de 49,6 em fevereiro, voltando a ficar acima da marca de 50 que separa crescimento de contração pela primeira vez desde outubro e na máxima em seis meses.

A S&P Global destacou, entretanto, que o resultado foi insuficiente para compensar

as contrações vistas este ano, e que na média do primeiro trimestre o PMI permanece abaixo de 50.

Os dados mostram que as encomendas à indústria brasileira aumentaram pela primeira vez em seis meses, com os entrevistados citando o fortalecimento da demanda, conquista de novos clientes e esforços de reabastecimento entre os clientes.

Com as vendas mais altas, o volume de produção também aumentou, expandindo pela primeira vez desde setembro, embora tenha havido novo declínio nas encomendas de exportação.

A melhora da demanda favoreceu ainda o emprego na indústria em março, com a taxa de crescimento registrando o ritmo mais forte des-

de outubro de 2021.

Apesar da melhora em março, o nível geral de sentimento positivo na indústria caiu para a mínima desde outubro. As empresas permaneceram confiantes de que a produção vai aumentar no ano à frente, mas a elevada incerteza em torno das pressões de preços, escassez de insumos, a instabilidade econômica e a guerra entre Rússia e Ucrânia afetaram o otimismo no setor.

Em março, os custos dos insumos tiveram a maior alta até agora neste ano. Os atores citados foram o conflito na Ucrânia, iniciado no final de fevereiro, bem como a força do dólar e o descompasso entre a demanda e a oferta.

Ford faz recall de 737 mil veículos nos EUA

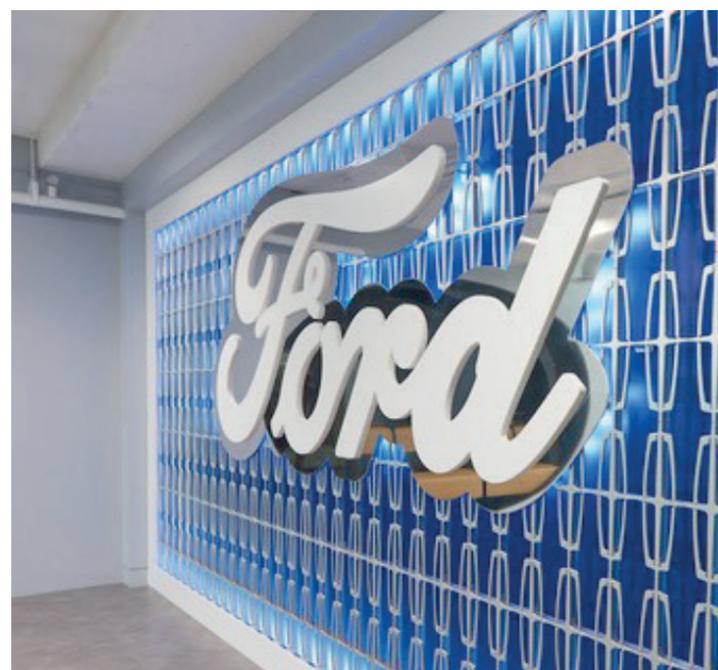
A Ford está fazendo o recall de 737 mil veículos nos Estados Unidos por causa de uma peça que pode acarretar vazamento de óleo e um erro de software que pode dificultar a frenagem, informou a empresa nesta sexta-feira.

A montadora está fazendo o recall em 345.451 de utilitários Escape fabricados entre 2020 e 2022 e Bronco Sport fabricados entre 2021 e 2022 com motores 1.5L porque a

carcaça do separador de óleo do motor pode rachar, criando possibilidade de vazamento de óleo e consequente risco de incêndio.

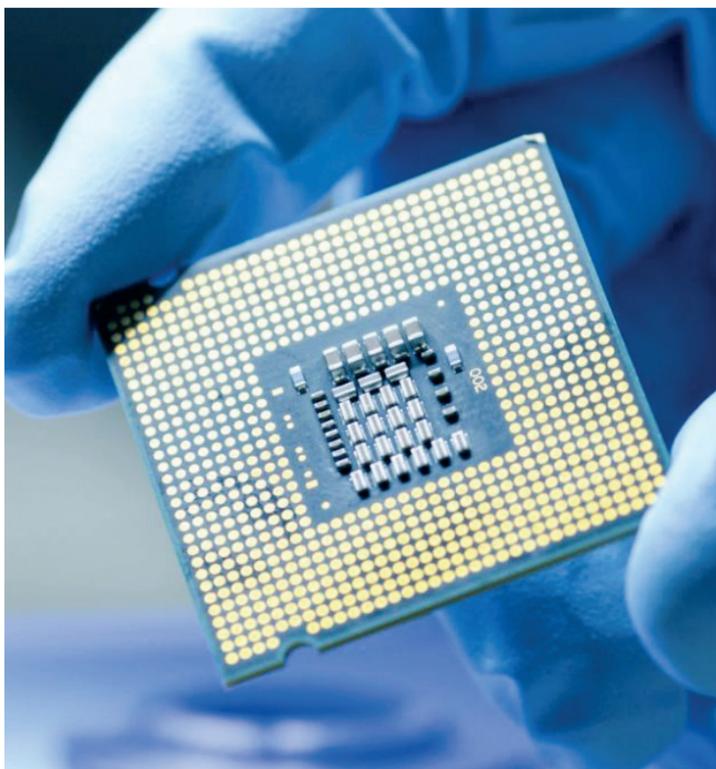
A Ford também está fazendo o recall de 391.836 picapes F-150 fabricadas entre 2021 e 2022, Ford Maverick 2022, Expedition, Lincoln Navigator, F-250, F-350, F-450 e F-550 porque um reboque equipado com sistema elétrico pode ter falhas em freios.

Reuters



Reuters

O desafio dos fabricantes de chips: manter semicondutores ocidentais fora de armas russas



Quando a fabricante norte-americana de chips Marvell soube que um de seus chips foi encontrado em um drone de vigilância russo recuperado em 2016, a empresa decidiu investigar como isso aconteceu.

O chip, que custa menos de 2 dólares, foi enviado em 2009 para um distribuidor na Ásia. O chip foi vendido para outro comerciante na Ásia, que, por sua vez, faliu mais tarde. Anos depois, o produto reapareceu em um drone recuperado na Lituânia.

A experiência da Marvell é um dos inúmeros exemplos de como os fabricantes de chips não têm capacidade de rastrear onde muitos de seus produtos de baixo custo terminam, disseram executivos e especialistas. Isso pode limitar a execução de novas sanções dos Estados Unidos destinadas a interromper a exportação de tecnologia norte-americana à Rússia.

Enquanto chips sofisticados e de ponta que podem integrar supercomputadores são vendidos diretamente para empresas, os de baixo custo passam por vários revendedores antes de terminarem em um dispositivo.

A indústria global de chips deve produzir 578 bilhões unidades este ano, sendo 64% deles chips “commodity”, disse Dan Hutcheson, economista com foco em chips da TechInsights.

Enquanto a Rússia representava menos de 0,1% das compras globais de chips antes das sanções, de acordo com a organização Estatísticas Globais de Comércio de Semicondutores (na tradução livre do inglês), as novas restrições ocidentais ressaltam a ameaça em termos humanos.

“Todos os drones que vimos não estavam armados”, disse Damien Spleeters, vice-diretor de operações do grupo de Pesquisa em Armamento de Conflitos, finan-

ciado pela União Europeia e Alemanha e que encontrou os chips nos drones.

“Alguns desses drones que documentamos, como o Forpost, agora são usados em sua versão armada no conflito atual” na Ucrânia, disse ele.

O relatório que motivou o trabalho de rastreamento da Marvell, publicado no final do ano passado pelo grupo, também encontrou chips em drones russos da Intel, NXP, Analog Devices, Samsung, Texas Instruments e STMicroelectronics.

A Texas Instruments e a STMicroelectronics não responderam a pedidos de comentários enviados pela Reuters; NXP e Analog Devices disseram que cumprem as sanções; A Intel disse que é contra o uso de seus produtos para violações de direitos humanos; e a Samsung disse que não fabrica chips para fins militares.

Reuters